



**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL QUE  
ENTRE SI CELEBRAM SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA. E  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS.**

Pelo presente instrumento,

**SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA.**, com endereço na cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 330, 20º andar, sala 2001, Bloco 2, Centro, CEP 20.031-170, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.150.046/0001-97, autorizada pela ANP a atuar como Agente Comercializador de gás natural, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **Vendedora**; e

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS**, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, CEP 60830-005, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 73.759.185/0001-96, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominada **Compradora**; e

Vendedora e Compradora, quando referidas conjuntamente serão designadas como “Partes”, individualmente, como “Parte”.

**CONSIDERANDO QUE:**

- i. conforme disposto no parágrafo segundo do Artigo 25 da Constituição Federal, conforme alterado pela Emenda Constitucional n.º 5, de 15 de agosto de 1995, cabe aos Estados explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de distribuição de gás canalizado;
- ii. a Compradora é concessionária para exploração dos serviços públicos de gás canalizado no Estado do Ceará, conforme Contrato de Concessão celebrado entre a Compradora e o Estado do Ceará em 30 de dezembro de 1993;
- iii. a Compradora, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de gás natural do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- iv. a Compradora, para garantir tal suprimento de gás natural, realizou a Chamada Pública 2022 para receber e negociar proposta para a contratação de compra de gás natural (“Chamada Pública”);
- v. a proposta apresentada pela Vendedora no âmbito da referida Chamada Pública foi selecionada pela Compradora por conter condições satisfatórias para que a Compradora garanta o suprimento ao seu mercado gás natural com segurança, continuidade e competitividade;
- vi. a compra e venda de gás natural objeto deste Contrato não está sujeita à obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório com base na hipótese de inaplicabilidade de licitação prevista no inciso I, parágrafo terceiro do art. 28 da Lei Federal 13.303, de 30/06/2016;
- vii. a Vendedora é uma comercializadora de Gás e possui acesso a portfólio de Gás e gás natural liquefeito de produção local e importado, de produtores do seu grupo econômico e de terceiros;



- viii. nos termos das Resoluções ANP n.º 52/2011 e 51/2013, a Vendedora está autorizada pela ANP a atuar como comercializadora de gás natural no território brasileiro, conforme publicação da Autorização SIM-ANP n.º 896/2020 e como carregadora de gás natural na esfera de competência da União, conforme publicação da Autorização SIM-ANP n.º 267/2021, e está registrada como agente vendedor de gás natural nos termos do Despacho n.º 1.018/2020 (registro n.º 03.33.35.00150046);
- ix. a Vendedora deseja vender Gás sendo remunerada pela Compradora, e a Compradora deseja adquirir Gás remunerando a Vendedora; e
- x. as Partes negociaram a compra e venda de Gás e declaram que estão de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato, bem como os seus anexos.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás ("Contrato"), que se regerá pela legislação aplicável, assim como pelos seguintes termos e condições:

#### **CLÁUSULA 1ª. OBJETO**

1.1 O presente Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a comercialização do Gás entre as Partes, na Modalidade Firme e Flexível, cuja entrega será feita pela Vendedora à Compradora, no(s) Ponto(s) de Entrega, durante o Período de Fornecimento, mediante o pagamento do(s) Preço(s), conforme especificado no Anexo 1 deste Contrato.

1.2 A Vendedora tem a obrigação de vender, registrar o contrato na ANP, conforme Resolução ANP n.º 52/2011, e entregar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega; enquanto a Compradora tem a obrigação de comprar, pagar e retirar o Gás no(s) Ponto(s) de Entrega.

1.3 Os termos e expressões utilizadas neste Contrato com iniciais maiúsculas serão interpretados conforme as definições atribuídas no Anexo 2 deste Contrato. O presente Contrato adota, ainda, as nomenclaturas, termos e definições empregados pela ANP conforme a legislação e a regulamentação vigente aplicável.

1.4 Os documentos abaixo relacionados integram e constituem parte inseparável do presente Contrato, prevalecendo, em caso de contradição, as disposições deste Contrato em relação às dos Anexos, que obedecerão a seguinte ordem de prevalência:

Anexo 1	Condições Comerciais
Anexo 2	Condições Referente ao item 3.2
Anexo 3	Glossário de Definições
Anexo 4	Modelo de Carta Fiança

#### **CLÁUSULA 2ª. CONDIÇÕES PRECEDENTES**

2.1 Para todos os efeitos deste Contrato, não há Condições Precedentes.

#### **CLÁUSULA 3ª. VIGÊNCIA, EFICÁCIA E INÍCIO DO SUPRIMENTO**

3.1 Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá válido até a data do efetivo cumprimento pelas Partes de todas as obrigações, incluindo, mas não se limitando, o pagamento da fatura relativa ao último mês em que houver entrega das quantidades de Gás.



3.1.1 A eficácia do Contrato se dará a partir da data de sua assinatura, e o Início do Fornecimento ocorrerá a partir da data estipulada no Anexo 1, para todos os efeitos deste Contrato.

3.2 As Partes desde já concordam que, a Vendedora será responsável pela contratação de capacidade do transporte no sistema de saída exclusivamente no ano de 2022, período em que as condições que regerão este Contrato serão aquelas estabelecidas no Anexo 2, em substituição, no que for aplicável, aos itens do Contrato especificamente indicados no Anexo 2. Para este período, em caso de conflito ou contradição entre as disposições do Contrato e as do Anexo 2, as do último prevalecerão.

3.3 Fica desde já acordado entre as Partes que, a partir de 01 de janeiro de 2023 até o término de fornecimento do Contrato, a contratação de capacidade do transporte no sistema de saída será de responsabilidade da Compradora, e as condições estabelecidas no Anexo 2 deixarão de vigorar, não mais produzindo quaisquer efeitos para as Partes, e as disposições do Contrato prevalecerão para todos os fins.

3.4 Após o término do prazo de vigência do Contrato, permanecerão válidas as disposições relativas a incidências tributárias, Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro, Privacidade de Dados, Limitação de Responsabilidades, Resolução de Disputas, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do Contrato.

#### **CLÁUSULA 4ª. QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC)**

4.1 As Quantidades Diárias Contratuais (QDC) de Gás a serem utilizadas como referência em cada Período de Fornecimento para cada modalidade contratual, serão as estabelecidas pelas Partes no Anexo 1 deste Contrato.

4.2 A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as Partes, poderão ser acordadas novas quantidades mediante aditivo contratual.

4.3 No caso de um ou mais Usuários Finais da Compradora optar(em) pela migração para a condição de Consumidor Livre, deixando assim de consumir o Gás regularmente fornecimento pela Compradora por meio deste Contrato e passar(em) a ser suprido(s) diretamente pela Vendedora ou por empresa afiliada da Vendedora, a QDCF poderá ser reduzida pela Quantidade de Gás que o(s) Usuário(s) Final(is) que optou(aram) pela condição de Consumidor Livre tenha(m) deixado de consumir da Compradora e tenham passado a consumir da Vendedora, mediante a celebração de aditivo contratual.

4.3.1 Caso a Compradora não envie notificação à Vendedora, solicitando a redução da QDCF, permanecerão válidas (i) as QDCF pactuadas neste Contrato ou (ii) as QDCF ajustadas através de aditivos anteriores.

4.3.2 A redução na QDCF de que trata o item 4.3 deverá ser requisitada por meio de Notificação da Compradora à Vendedora, contendo a comprovação mediante cópia das comunicações recebidas de seu(s) Usuário(s) Final(is), com as informações da migração, as Partes se comprometem a celebrar aditivo contratual para formalizar a redução da QDCF no prazo de 120 (cento e vinte) Dias a contar da efetiva Notificação da Compradora à Vendedora acerca da migração do(s) Usuário(s) Final(is) da Compradora para o mercado livre.

4.3.3 A partir da data da efetiva migração do(s) Usuário(s) Final(is) da Compradora para o mercado livre e esse(s) Usuário(s) Final(is) passar(em) a consumir diretamente da Vendedora, as Partes estabelecem que os compromissos de Encargo de Capacidade (EC) e de Take or Pay Mensal (ToP) considerarão a QDCF com o volume reduzido.

4.3.4 Estando a Vendedora apta a celebrar o aditivo formalizando a redução da QDCF, na hipótese de não celebração pela Compradora no prazo previsto no item 4.3.2, ou da não eficácia do referido aditivo neste mesmo prazo, desde que não tenha sido causado pela Vendedora, a redução dos compromissos referidos no item 4.3.3 será desconsiderada integralmente, sendo devidos pela Compradora os compromissos de EC e ToP retroativamente até a data de assinatura do aditivo.



4.3.5 Caso a Compradora esteja apta a celebrar aditivo formalizando a redução de QDCF, todavia a Vendedora não esteja apta a celebrar o aditivo no prazo previsto no item 4.3.2, a redução dos compromissos referidos no item 4.3.3 deverá ser mantida até que a Vendedora assine o referido aditivo.

#### CLÁUSULA 5ª. COMPROMISSOS DE RETIRADA

5.1 **Encargo de Capacidade (EC) da Modalidade Firme.** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento ou Paradas Programadas, a Compradora obriga-se a, em cada Mês, adquirir e utilizar o Gás e, mesmo que não utilize, pagar à Vendedora, a título de Encargo de Capacidade (EC), conforme item 7.4, um custo associado à reserva de capacidade de transporte equivalente à 100% (cem por cento) da Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF) no Mês.

5.1.1 Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item 5.1, a eventual Capacidade Não Utilizada Firme (CNUF) pela Compradora no correspondente Mês será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNUF = \sum_{j=1}^M (\text{Max} (0; QDCF - QST_j))$$

Onde:

- i. “CNUF” significa a quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada Firme no correspondente Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “QDCF<sub>j</sub>” significa a Quantidade Diária Contratual Firme vigente no Dia “j”;
- iii. “M” significa o número de Dias do correspondente Mês;
- iv. “QST<sub>j</sub>” significa Quantidade Serviço de Transporte no Dia “j” no Ponto de Entrega;
- v. “j” significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

5.1.2 Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Capacidade Não Utilizada Firme, na forma do item 5.1.1, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.4, correspondente ao Encargo de Capacidade (EC), sem prejuízo do disposto no item 7.2.

5.2 **Take or Pay Mensal (ToP).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento, Paradas Programadas ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a, em cada Mês, adquirir e retirar o Gás e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay Mensal (ToP), conforme item 7.5, uma quantidade de Gás que, na média diária do correspondente Mês, seja igual a 90% (noventa por cento) da Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF).

5.2.1 A apuração de Quantidade Não Retirada Firme (QNRF) no Mês, para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay Mensal pela Compradora, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNRF_{ToP} = \left( 0,90 \times \sum_{j=1}^M QDCF_j \right) - (QNF_{PP} + QNF_{FF} + QNF_{FM}) - \left( \sum_{j=1}^M QDDF_j \right)$$

Onde:

- i. “QNRF<sub>ToP</sub>” significa a Quantidade Não Retirada de Gás Firme no correspondente Mês, para fins de Take or Pay Mensal (ToP), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;



- ii. “ $QDCF_j$ ” significa a Quantidade Diária Contratual Firme vigente no Dia “j”;
- iii. “M” significa o número de Dias do correspondente Mês;
- iv. “ $QNF_{FF}$ ” significa a quantidade de Gás Firme não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento no respectivo Mês;
- v. “ $QNF_{FM}$ ” significa a quantidade de Gás Firme não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Mês;
- vi. “ $QNF_{PP}$ ” significa quantidade de Gás Firme não retirada em decorrência de Paradas Programadas no respectivo Mês;
- vii. “ $QDDF_j$ ” significa a Quantidade Diária Disponibilizada Firme no Dia “j” no Ponto de Entrega;
- viii. “j” significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

5.2.2 Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas Firme (QNRf), na forma do item 5.2.1, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.5, correspondente ao Take or Pay Mensal (ToP) sem prejuízo do disposto no item 7.2.

5.3 **Take or Pay Diário (ToP).** Ressalvadas as situações de não entrega ou não recebimento de Gás por Falha no Fornecimento, Paradas Programadas ou Caso Fortuito ou Força Maior de qualquer Parte, a Compradora obriga-se a, em cada Dia, adquirir e retirar e, mesmo que não retire, pagar à Vendedora, a título de Take or Pay Diário (ToP), conforme item 7.6, uma quantidade de Gás que, em cada Dia, seja igual a 100% (cem por cento) da Quantidade Diária Programada Put (QDPP).

5.3.1 A apuração de Quantidade Não Retirada Put (QNRp) no Dia, para verificação do cumprimento da obrigação do compromisso de Take or Pay Diário pela Compradora, será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{ToP} = (QDPP_j) - (QNP_{FF} + QNP_{FM}) - (QDDP_j)$$

Onde:

- i. “ $QNR_{ToP}$ ” significa a Quantidade Não Retirada de Gás Put no correspondente Mês, para fins de Take or Pay Diário (ToP), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “ $QDPP_j$ ” significa a Quantidade Diária Programa Put vigente no Dia “j”;
- iii. “ $QNP_{FM}$ ” significa a quantidade de Gás Put não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Mês;
- iv. “ $QNP_{FF}$ ” significa a quantidade de Gás Put não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento no respectivo Mês;
- v. “ $QDDP_j$ ” significa a Quantidade Diária Disponibilizada Put no Dia “j” no Ponto de Entrega.

5.3.2 Caso em determinado Dia seja identificada a existência de Quantidades Não Retiradas Put (QNRp), na forma do item 5.3.1, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.6, correspondente ao Take or Pay Diário (ToP) sem prejuízo do disposto no item 7.3.

## CLÁUSULA 6ª. PREÇO



6.1 Os Preços do Gás (PG) a serem pagos pela Compradora estão definidos no Anexo 1 deste Contrato para cada modalidade contratual e Período de Fornecimento.

6.2 As Parcelas de Molécula (PM), expressas em R\$/m<sup>3</sup>, estão definidas no Anexo 1 deste Contrato para cada modalidade contratual e Período de Fornecimento.

6.3 A Parcela de Transporte (PT) praticada neste Contrato, tanto para a parcela referente à QDCF e QDCP, representa a tarifa total referente à contratação de capacidade de transporte de entrada em Cabiúnas, Macaé-RJ, conforme indicado no Anexo 1. A Parcela de Transporte (PT) será calculada conforme as seguintes fórmulas:

$$PT = \frac{(EST + EEA + EENA + EGUS + Econg + ECF)}{\sum_{j=1}^M QDD_j}$$

Onde:

- i. "PT" significa a Parcela de Transporte, calculada conforme fórmula acima, para cada Mês de referência, expressa em R\$/m<sup>3</sup> com Arredondamento na quarta casa decimal;
- ii. "EST" significa Encargo de Serviço de Transporte, calculado conforme item 6.3.1;
- iii. "EEA" significa Encargo de Excedente Autorizado, calculado conforme item 6.3.2;
- iv. "EENA" significa Encargo de Excedente Não Autorizado, calculado conforme item 6.3.3;
- v. "EGUS" significa Encargo de Gás para Uso no Sistema, calculado conforme item 6.3.4;
- vi. "Econg" significa Encargo de Congestionamento, calculado conforme item 6.3.5;
- vii. "ECF" significa Encargo de Custo Fixo, calculado conforme item 6.3.6;
- viii. "QDD<sub>j</sub>" significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) no Dia "j" no Ponto de Entrega;
- ix. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- x. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

6.3.1 **Encargo de Serviço de Transporte.** O Encargo de Serviço de Transporte (EST) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$EST = \sum_{j=1}^M (QST_j \times (T_E + T_{Emp})), \text{ sendo:}$$

$$QST_j = (QDRF_j - QEAF_j - QENAF_j) + (QDRP_j - QENAP_j)$$

Onde:

- i. "EST" significa o Encargo de Serviço de Transporte;
- ii. "T<sub>E</sub>" significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. "T<sub>Emp</sub>" significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. "QST<sub>j</sub>" significa Quantidade Serviço de Transporte no Dia "j" no Ponto de Entrega;



- v. " $QDRF_j$ " significa Quantidade Diária Retirada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vi. " $QDRP_j$ " significa Quantidade Diária Retirada Put no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vii. " $QEAF_j$ " significa Quantidade Excedente Autorizada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- viii. " $QENAF_j$ " significa Quantidade Excedente Não Autorizada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- ix. " $QENAP_j$ " significa Quantidade Excedente Não Autorizada Put no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- x. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- xi. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.2 Encargo de Excedente Autorizado.** O Encargo de Excedente Autorizado (EEA) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, que exceda a QDCF e tenha sido efetivamente confirmado pela Vendedora como QDPF, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$EEA = \sum_{j=1}^M (QEAF_j \times (T_E + T_{Emp})), \text{ sendo:}$$

$$QEAF_j = \text{Max} (0; \text{Min} (QDRF_j - QDCF_j; QDPF_j - QDCF_j))$$

Onde:

- i. " $EEA$ " significa o Encargo de Excedente Autorizado;
- ii. " $T_E$ " significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. " $T_{Emp}$ " significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. " $QEAF_j$ " significa Quantidade Excedente Autorizada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- v. " $QDCF_j$ " significa Quantidade Diária Contratada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vi. " $QDRF_j$ " significa Quantidade Diária Retirada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vii. " $QDPF_j$ " significa Quantidade Diária Programada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- viii. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- ix. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.3 Encargo de Excedente Não Autorizado.** O Encargo de Excedente Não Autorizado (EENA) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, que exceda a QDCF e/ou QDCP e não tenha sido efetivamente confirmado pela Vendedora como QDP, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$EENA = \sum_{j=1}^M (QENA_j \times 2 \times (T_E + T_{Emp})), \text{ sendo:}$$

$$QENA_j = \text{Max} (0; QDRF_j - QEAF_j - QDCF_j) + \text{Max} (0; QDRP_j - QDCP_j)$$



Onde:

- i. "EENA" significa o Encargo de Excedente Não Autorizado;
- ii. " $T_E$ " significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. " $T_{Emp}$ " significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. " $QENA_j$ " significa Quantidade Excedente Não Autorizada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- v. " $QEAF_j$ " significa Quantidade Excedente Autorizada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vi. " $QDRF_j$ " significa Quantidade Diária Retirada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vii. " $QDRP_j$ " significa Quantidade Diária Retirada Put no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- viii. " $QDPF_j$ " significa Quantidade Diária Programada Firme no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- ix. " $QDPP_j$ " significa Quantidade Diária Programada Put no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- x. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- xi. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.4 Encargo de Gás para Uso no Sistema.** O Encargo de Gás para Uso no Sistema (EGUS) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, exclusivamente, referente ao Gás para Uso no Sistema utilizado na operação da rede de transporte do Gás, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Se } T_{GUS} = 0,$$

$$EGUS = \sum_{j=1}^M (1,4\% \times QDR_j) \times PMF$$

$$\text{Se } T_{GUS} \neq 0,$$

$$EGUS = \sum_{j=1}^M (QDR_j \times T_{GUS})$$

Onde:

- i. "EGUS" significa Encargo de Gás para Uso no Sistema;
- ii. " $T_{GUS}$ " significa o valor da Tarifa de Gás para Uso no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. " $QDR_j$ " significa Quantidade Diária Retirada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- iv. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- v. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês;
- vi. " $PMF$ " significa a Parcela da Molécula Firme calculada conforme fórmula prevista no item 3.1.2 do Anexo 1 deste Contrato, para cada Mês de referência, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal.



**6.3.5 Encargo de Congestionamento.** O Encargo de Congestionamento (ECONG) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, exclusivamente, referente ao custo variável de aquisição e/ou venda relacionado à injeção do Gás pelo Transportador, para fins de solucionar o congestionamento no Sistema de Transporte, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$ECONG = \sum_{j=1}^M QDR_j \times T_{CONG}$$

Onde:

- i. "ECONG" significa Encargo de Congestionamento;
- ii. "QDR<sub>j</sub>" significa Quantidade Diária Retirada no Dia "j" no Ponto de Entrega;
- iii. "T<sub>CONG</sub>" significa o valor da Tarifa de Congestionamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- v. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.6 Encargo de Custo Fixo.** O Encargo de Custo Fixo (ECF) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, exclusivamente, destinado ao valor dos custos fixos associados à reserva de infraestrutura logística no Sistema de Transporte, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$ECF = \sum_{j=1}^M (QDCF_j \times T_{CF})$$

Onde:

- i. "ECF" significa o Encargo de Custo Fixo;
- ii. "T<sub>CF</sub>" significa o valor da Tarifa de Custo Fixo, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. "QDCF<sub>j</sub>" significa Quantidade Diária Contratual Firme no Dia "j" no Ponto de Entrega;
- iv. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- v. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.4** As tarifas utilizadas para cálculo da Parcela de Transporte (PT) conforme item 6.3 e subitens terão como base os valores publicados periodicamente pelo Transportador para o correspondente Mês de cálculo. Em caso de atraso na publicação das tarifas para determinado Mês, a Vendedora utilizará os últimos valores publicados pelo Transportador.

**6.4.1** Caso as tarifas sejam publicadas pelo Transportador em R\$/MMBtu, as Partes desde já acordam que, para fins de cálculo dos encargos dos itens 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5 e 6.3.6, tais tarifas serão convertidas para R\$/m<sup>3</sup>, utilizando o fator de conversão 26,8081 m<sup>3</sup>/MMBtu.

**6.5** As Partes reconhecem que a definição da Parcela de Transporte (PT) prevista no item 6.3 e subitens refletem as condições vigentes do contrato de transporte a ser firmado pela Vendedora com o Transportador para atendimento deste Contrato. Em caso de mudanças nas condições ou alteração na estrutura das tarifas de transporte, que possa impactar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, as Partes de boa-fé, ajustarão este Contrato mediante celebração formal de aditamento contratual.



6.6 Os Preços do Gás (PG) não incluem quaisquer Tributos existentes, devidos em decorrência direta deste Contrato ou de sua execução, os quais serão considerados no valor total faturado por ocasião do faturamento.

6.7 Para os cálculos dos Preços do Gás (PG), em R\$/m<sup>3</sup> (reais por metro cúbico), as Condições de Referência, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais.

### CLÁUSULA 7ª. FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 O fornecimento de Gás, assim como quaisquer valores devidos por qualquer Parte no âmbito do presente Contrato, será faturado mensalmente, após o correspondente Mês a que se reflita, através da emissão dos respectivos Documentos De Cobrança, ou seja, o Período de Faturamento será o período compreendido entre o dia primeiro e último dia do Mês calendário onde ocorreu o fornecimento do Gás.

7.1.1 Os Documentos de Cobrança relativos à transferência de titularidade de moléculas serão emitidos em unidade de energia (MMBtu).

7.2 **Faturamento Regular do Gás Firme.** Pelo fornecimento de Gás Firme em um dado Período de Faturamento, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FATF = \left( PGF \times \sum_{j=1}^N QDDF_j \right)$$

Onde:

- i. "FATF" significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás Firme, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato;
- ii. "PGF" significa o Preço do Gás Firme referente ao Período de Faturamento, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iii. "QDDF" significa a Quantidade Diária Disponibilizada Firme no dia "j";
- iv. "N" significa o número de Dias do Período de Faturamento;
- v. "j" significa o j-ésimo Dia do Período de Faturamento.

7.3 **Faturamento Regular do Gás Put.** Pelo fornecimento de Gás Put em um dado Período de Faturamento, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FATP = \left( PGP \times \sum_{j=1}^N QDDP_j \right)$$

Onde:

- i. "FATP" significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás Put, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato;
- ii. "PGP" significa o Preço do Gás Put referente ao Período de Faturamento, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iii. "QDDP" significa a Quantidade Diária Disponibilizada Put no dia "j";



- iv. “*N*” significa o número de Dias do Período de Faturamento;
- v. “*J*” significa o j-ésimo Dia do Período de Faturamento.

**7.4 Encargo de Capacidade (EC) da Modalidade Firme.** O valor do Encargo de Capacidade (EC) devido pela Compradora à Vendedora, exclusivamente, em razão dos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, caso seja verificada Capacidade Não Utilizada Firme (CNUF) em determinado Mês, na forma do item 5.1.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FATF_{EC} = CNUF \times (T_E + T_{Emp})$$

Onde:

- i. “*FATF<sub>EC</sub>*” significa o valor a ser pago de Encargo de Capacidade da Modalidade Firme pela Compradora à Vendedora;
- ii. “*CNUF*” significa a Capacidade Não Utilizada Firme no Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. “*T<sub>E</sub>*” significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. “*T<sub>Emp</sub>*” significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador.

**7.4.1** Será emitido Documento de Cobrança referente ao Encargo de Capacidade (EC) da Modalidade Firme devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

**7.4.2** A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Encargo de Capacidade (EC) da Modalidade Firme.

**7.5 Take or Pay Mensal.** O valor a ser pago a título de Take or Pay Mensal pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada Firme (QNRf) em determinado Mês, na forma do item 5.2.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{ToP} = QNRf_{ToP} \times PMF$$

Onde:

- i. “*FAT<sub>ToP</sub>*” significa o valor a ser pago de Take or Pay Mensal pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay Mensal;
- ii. “*QNRf<sub>ToP</sub>*” significa a Quantidade Não Retirada Firme no Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. “*PMF*” significa a Parcela de Molécula Firme, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal, definida conforme Anexo 1.

**7.5.1** Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay Mensal devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

**7.6 Take or Pay Diário.** O valor a ser pago a título de Take or Pay Diário pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Retirada Put (QNRp) em determinado Mês, na forma do item 5.3.1, será calculado conforme a seguinte fórmula:



$$FAT_{ToPDiário} = \left( \sum_{j=1}^N QNRP_{ToP} \right) \times PMP$$

Onde:

- i. " $FAT_{ToPDiário}$ " significa o valor a ser pago de Take or Pay Diário pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Take or Pay Diário;
- ii. " $QNRP_{ToP}$ " significa a Quantidade Não Retirada Put no Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- iii. " $N$ " significa o número de Dias do Período de Faturamento;
- iv. " $j$ " significa o j-ésimo Dia do Período de Faturamento;
- v. " $PMP$ " significa a Parcela de Molécula Put, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal, definida conforme Anexo 1.

7.6.1 Será emitido Documento de Cobrança referente ao Take or Pay Diário devido pela Compradora, no qual serão incluídos os Tributos devidos.

7.7 O faturamento e o vencimento dos Documentos de Cobrança observarão as datas especificadas no Anexo 1 deste Contrato.

7.7.1 Serão incluídos nos Documentos de Cobrança os Tributos e encargos devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução.

7.8 Os pagamentos mencionados nos itens desta Cláusula deverão ser efetuados, em reais, por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pela Vendedora, por meio de transferência eletrônica disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério da Vendedora.

7.9 Os Documentos de Crédito, quando aplicáveis, deverão ser emitidos pela Vendedora no mesmo prazo para emissão dos Documentos de Cobrança regulares e deverão ser utilizados para abatimentos quando do pagamento de Documentos de Cobrança, observada a cláusula 7.14.

7.10 Os pagamentos devidos pela Compradora à Vendedora deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta da Compradora.

7.11 Caso as datas de vencimento previstas no Anexo 1 não coincidam com um Dia Útil, no município da sede da Compradora, o pagamento deverá ser efetuado pela Compradora no primeiro Dia Útil subsequente.

7.12 Em caso de apresentação dos Documentos de Cobrança com atraso ao prazo previsto no Anexo 1, a data de vencimento será prorrogada pelo mesmo número de Dias Úteis do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da Compradora.

7.13 Caso, em relação aos Documentos de Cobrança e Documentos de Crédito, existam montantes em relação aos quais a Compradora tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, a Compradora, independentemente do questionamento apresentado por escrito à Vendedora, deverá, na data correspondente ao vencimento dos Documentos de Cobrança, efetuar o pagamento integral dos Documentos de Cobrança sem qualquer direito à retenção, sob pena de, em não o fazendo, ficar caracterizado de pleno direito o seu inadimplemento.



7.13.1 No prazo de 10 (dez) Dias Úteis da data do recebimento da notificação com o questionamento da Compradora, a Vendedora deverá manifestar-se sobre o valor alegado indevido. Na hipótese da Vendedora concordar que o valor cobrado foi indevido, esta deverá depositar o valor cobrado indevidamente, mediante nota de débito ou crédito, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da manifestação acima mencionada, em conta corrente indicada pela Compradora, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do pagamento pela Compradora até a data de sua devolução, desde que tal variação seja positiva.

7.14 No caso de atraso no pagamento de qualquer soma decorrente das cobranças emitidas com base no Contrato, sobre os valores das importâncias devidas incidirão (i) multa de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, com Arredondamento em 04 (quatro) casas decimais, desde a data de vencimento da respectiva fatura até a data do efetivo pagamento, sendo todos os valores atualizados monetariamente, na menor periodicidade permitida por lei, com base na variação do IGP-M, desde que tal variação seja positiva.

7.15 Os valores líquidos e certos devidos de uma Parte à outra, provenientes dos Documentos de Cobrança e Documentos de Crédito deste Contrato, que tiverem a mesma data de vencimento, serão compensados, sem prejuízo dos correspondentes lançamentos contábeis.

### **CLÁUSULA 8ª. TRIBUTAÇÃO**

8.1 Os Tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

8.1.1 Os Tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato serão incluídos no valor total do Documento de Cobrança por ocasião do faturamento.

8.1.2 As Partes fornecerão todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da outra Parte, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos Tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

8.1.3 Não se entende como Tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Vendedora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

8.1.4 A Compradora, quando obrigada pela legislação vigente a reter Tributos na fonte, irá descontar e recolher os Tributos dos pagamentos feitos à Vendedora nos prazos e condições previstos na legislação tributária, não tendo a Vendedora direito à majoração da base de cálculo ou à revisão mencionada no item 8.2.

8.2 Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos Tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de Tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de Tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de Tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da Vendedora, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante Notificação prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.



8.3 O preço contratual será revisto, quando cabível, mediante assinatura de termo aditivo com vistas a expurgar o valor do Tributo indevido, nos casos em que qualquer Tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

8.4 As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência salvo se a intimação fiscal determinar prazo inferior, inclusive os necessários para a recuperação de Tributos recolhidos indevidamente.

8.5 As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência salvo se a intimação fiscal determinar prazo inferior, inclusive os necessários para a recuperação de Tributos recolhidos indevidamente.

#### **CLÁUSULA 9ª. GARANTIA**

9.1 A Compradora deverá apresentar Garantia à Vendedora, emitida por uma instituição de primeira linha, aprovada pela Vendedora conforme item 9.2.1, na modalidade, valores e condições estipulados nesta Cláusula e no Anexo 1.

9.2 A Compradora deverá entregar Garantia à Vendedora, até o prazo máximo indicado no Anexo 1, em garantia ao pagamento e fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, sob pena de rescisão contratual, a exclusivo critério da Vendedora, mediante envio de notificação simples, não necessitando de qualquer outro documento ou ato judicial ou extrajudicial para sua realização, observado, ainda, a aplicação do disposto na Cláusula 19.

9.2.1 No prazo de até 30 (trinta) Dias antes da emissão da Garantia, a Compradora deverá indicar a instituição que irá emitir a Garantia, observadas as condições do Anexo 1, bem como encaminhar a minuta da Garantia para avaliação e aprovação da Vendedora, de acordo com seus próprios procedimentos e políticas.

9.2.2 No caso da modalidade carta fiança bancária, a instituição financeira a emitir a Garantia deve ser autorizada pelo Banco Central e ter patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais), a qual deverá observar o disposto no Anexo 4.

9.3 Não apresentada a Garantia, caso a Vendedora não opte pela extinção contratual na forma da Cláusula 19, esta não ficará obrigada a efetuar a entrega do Gás em favor da Compradora até que a Garantia seja apresentada, o que não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias contados do Início Do Fornecimento, ficando isenta a Vendedora, desde já, de qualquer responsabilidade, penalidade ou quaisquer outros ônus neste sentido, facultada à Vendedora, nos termos da Cláusula 19, a rescisão contratual.

9.4 A Garantia prestada deverá ser válida conforme prazos estabelecidos no Anexo 1, assim como será renovada, conforme o caso e se aplicável, facultando à Vendedora, em caso de invalidade da Garantia, a rescisão deste Contrato, nos termos das Cláusulas 19 e 20, observado o disposto no item 19.3 sobre o período de cura da inadimplência da Compradora.

9.5 Caso a Garantia se torne inválida ou caso ocorra a declaração de falência, deferimento de recuperação judicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de terceiro garantidor, a Compradora deverá substituir a Garantia por outro terceiro garantidor que atenda aos critérios estabelecidos no Anexo 1 em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento da Notificação.



9.6 Caso a Garantia seja executada, a Vendedora deverá notificar a Compradora para recompor o valor original da Garantia, dentro de 05 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento da Notificação.

9.7 A Compradora deverá encaminhar à Vendedora, por escrito, até 30 de abril de cada ano de fornecimento, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas dos 02 (dois) últimos anos calendário, auditadas com parecer de auditoria independente, além das suas demonstrações financeiras, não necessariamente auditadas, do último trimestre do ano em curso, se aplicável. Em todos os casos, as demonstrações financeiras deverão ser para o período contábil mais recente e preparadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos, normas internacionais de relatórios financeiros ou outros princípios em vigor. A Vendedora irá analisar os documentos e informará por escrito à Compradora informando a manutenção do valor original da Garantia ou a necessidade de correção do valor, de acordo com a análise de Crédito da Vendedora. Em caso de necessidade de correção do valor, a Compradora deverá apresentar, dentro de 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da manifestação da Vendedora, considerando o modelo disposto no Anexo 4.

#### **CLÁUSULA 10ª. PROGRAMAÇÃO, NOMINAÇÃO E ALOCAÇÃO**

10.1 A Compradora enviará mensalmente, com até 10 (dez) Dias de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo as estimativas de Quantidades Diária Solicitadas (QDS) para o Mês em referência e para os 02 (dois) Meses subsequentes, por Ponto de Entrega, observado o disposto no Anexo 1 deste Contrato, e considerando a obrigação da Vendedora de aceite da QDS como QDPF até o limite da QDCF, salvo em situações de Parada Programada e/ou Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.

10.1.1 Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item 10.1 será enviada com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência ao Início De Fornecimento.

10.2 A Compradora poderá solicitar alteração da Quantidade Diária Solicitada (QDS) à Vendedora até às 11:00 (onze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento, desde que a nova QDS esteja compreendida entre 80% e 120% do valor originalmente solicitado, ressalvada a hipótese prevista 10.4.3. A não comunicação implicará o estabelecimento da QDP considerando a última QDS informada como referência, nos termos dos itens 10.1.

10.2.1 Excetuadas as hipóteses de Parada Programada, Caso Fortuito ou Força Maior e Falha no Fornecimento, a Compradora deverá garantir a Quantidade Diária Disponibilizada Firme (QDDF) sempre igual a Quantidade Diária Programada Firme (QDPF).

10.3 A Vendedora enviará mensalmente à Compradora, com no mínimo 02 (dois) Dias Úteis de antecedência ao início de cada Mês, Notificação contendo as suas melhores estimativas nesta data das Quantidades De Gás que futuramente poderão ser indicadas como QDPP para cada Dia do Mês em referência no Ponto De Entrega. Tais estimativas somente serão vinculantes entre as Partes após a confirmação pela Vendedora da QDPP no prazo indicado no item 10.5 e conforme regras estabelecidas no item 10.4 e seus subitens.

10.3.1 Com 03 (três) Dias de antecedência do Dia do fornecimento, a Vendedora enviará, caso aplicável, Notificação com uma estimativa mais apurada dos valores indicativos referenciados no item 10.3, sendo certo que tal informação não deve ser considerada, de nenhuma forma, como vinculante entre as Partes e ainda poderá ser alterada a exclusivo critério pela Vendedora até que de fato a QDPP seja confirmada nos moldes indicados no item 10.4 e subitens.

10.4 De acordo com as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) pela Compradora e com a disponibilidade do Gás, a Vendedora efetuará a programação da entrega, indicando as Quantidades Diárias Programadas Firme e Put (QDPF e QDPP), sendo certo que a QDPP, em razão de sua natureza flexível, poderá ser determinada, a exclusivo critério pela Vendedora, como qualquer valor entre zero e a QDCP.



10.4.1 Excetuadas as hipóteses de Parada Programada e Caso Fortuito ou Força Maior, a Vendedora deverá garantir a Quantidade Diária Disponibilizada Firme (QDDF) sempre igual à Quantidade Diária Solicitada (QDS), desde que a Quantidade Diária Solicitada (QDS) tenha sido igual ou superior a 70% (setenta por cento) da Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF). Caso a Quantidade Diária Solicitada (QDS) seja inferior a 70% (setenta por cento) da Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF), a Vendedora poderá definir a Quantidade Diária Programada Firme (QDPF) igual a 70% (setenta por cento) da Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF).

10.4.2 Sempre que a Vendedora desejar disponibilizar volume adicional à QDS, deverá considerar a QDCP, gerando a QDPP, ficando essa possibilidade limitada à quantidade faltante para totalizar a QDCP.

10.4.3 Se a Compradora solicitar QDS acima da QDCF, caso a Vendedora tenha disponibilidade do Gás, o volume adicional será considerado na QDPF. Caso a Vendedora não confirme os valores de QDS solicitados acima da QDCF como QDPF, fica desde já determinado que tal recusa não configurará Falha de Fornecimento.

10.4.4 Se a Compradora retirar volumes acima da soma da QDPF e QDPP, caso a Vendedora tenha disponibilidade do Gás, o volume adicional será integralmente alocado como parte da QDDF, sujeito ao faturamento em função de PGF, no determinado Dia.

10.5 As Quantidades Diárias Programadas Firme e Put (QDPF e QDPP) deverão ser estabelecidas pela Vendedora, no Dia anterior ao Dia do fornecimento, mediante envio de Notificação à Compradora, até às 14:30, observadas as condições estabelecidas nos itens 10.4, 10.4.1, 10.4.2, 10.4.3 e 10.4.4.

10.5.1 As Quantidades Diárias Programadas Firme e Put (QDPF e QDPP) deverão ser utilizadas para fins de nominação junto ao Transportador para o Dia do fornecimento.

10.5.2 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização das Quantidades Diárias Programadas Firme e Put (QDPF e QDPP) em determinado Dia, a Vendedora enviará Notificação comunicando o fato à Compradora, sem que tal Notificação descaracterize a Falha no Fornecimento, excetuadas as hipóteses de Caso Fortuito ou Força Maior ou restrições no Sistema de Transporte.

10.6 A alocação do volume em QDDF e QDDP, pela Vendedora, deverá ter como parâmetro, tanto quanto possível, as quantidades medidas e alocadas pela Transportadora, informadas às Partes, de acordo com os respectivos contratos de transporte.

10.7 As Partes acordam que, para fins de apuração da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), será aplicada a seguinte fórmula:

$$QDD = QDP - \text{Max} (Q_{\text{Falha\_Prog\_Compradora}} ; QN_{FF})$$

Onde:

- i. "QDD" significa a Quantidade Diária Disponibilizada, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- ii. "QDP" significa a Quantidade Diária Programada, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iii. "Q<sub>Falha\_Prog\_Compradora</sub>" significa a Quantidade de falha de programação da Compradora, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iv. "QN<sub>FF</sub>" significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora, no Ponto de Entrega, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência.

10.8 Para fins de determinação da Quantidade Diária Disponibilizada Firme (QDDF) e Quantidade Diária Disponibilizada Put (QDDP), a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) em determinado Dia será alocada conforme equações abaixo:



$$QDDF = \text{Min} (QDPF ; QDD)$$

$$QDDP = \text{Min} (QDPP ; QDD - QDDF)$$

$$QDD = QDDF + QDDP$$

$$QDP = QDPF + QDPP$$

Onde:

- i. “QDD” significa a Quantidade Diária Disponibilizada;
- ii. “QDDF” significa a Quantidade Diária Disponibilizada Firme;
- iii. “QDDP” significa a Quantidade Diária Disponibilizada Put;
- iv. “QDP” significa a Quantidade Diária Programada;
- v. “QDPF” significa a Quantidade Diária Programada Firme;
- vi. “QDPP” significa a Quantidade Diária Programada Put.

10.9 A Vendedora informará diariamente à Compradora as Quantidades Diárias Disponibilizadas (QDD) e a alocação em QDDF e QDDP, de acordo com os critérios definidos no item 10.8. A Vendedora notificará a Compradora até o 4º (quarto) Dia Útil do mês subsequente ao Período De Faturamento, consolidando as informações para fins de faturamento. Caso não seja enviada essa Notificação até o prazo estipulado, serão consideradas as informações diárias.

10.10 As Partes reconhecem que a entrega do Gás pela Vendedora e a retirada do Gás pela Compradora ocorrerá através do Sistema de Transporte, operado por agentes independentes e que, portanto, as disposições desta Cláusula 10 (Programação, Nominção e Alocação) poderão ser revistas em caso de alteração das regras operacionais vigentes.

#### **CLÁUSULA 11ª. ESTAÇÕES DE ENTREGA E PONTOS DE ENTREGA**

11.1 O Ponto de Entrega está listado no Anexo 1 deste Contrato.

11.2 Fica estabelecido que a medição será realizada no Sistema de Medição de propriedade da Vendedora ou de seus contratados, localizado em cada Estação de Entrega.

11.3 A transferência de propriedade do Gás da Vendedora à Compradora ocorrerá no Ponto de Entrega definido no Anexo 1 deste Contrato.

11.4 Todos os riscos e perdas de Gás (i) à montante do Ponto de Entrega definido no Anexo 1 deste Contrato, serão de responsabilidade da Vendedora, e (ii) à jusante do Ponto de Entrega definido no Anexo 1 deste Contrato, serão de responsabilidade da Compradora.

11.5 A partir de 01 de janeiro de 2023, a Compradora será responsável pela contratação da(s) capacidade(s) de saída(s) no Sistema de Transporte e deverá garantir a contratação de capacidade de transporte para movimentação das moléculas diariamente programadas e disponibilizadas pela Vendedora à Compradora no Ponto de Entrega.

11.6 A Vendedora é responsável pela contratação das capacidades de entrada no Sistema de Transporte e deverá garantir a contratação de capacidade de transporte para movimentação das moléculas diariamente programadas e disponibilizadas por ela à Compradora no Ponto de Entrega.

#### **CLÁUSULA 12ª. CONDIÇÕES DE ENTREGA**



12.1 O Gás será disponibilizado pela Vendedora à Compradora nos Pontos de Entrega, atendendo às Condições de Entrega que estão definidas nesta Cláusula e às especificações de Qualidade do Gás.

12.2 As Condições de Entrega em cada Estação de Entrega são apresentadas no Anexo 1, onde as vazões são expressas nas Condições Base.

12.3 Caso sejam necessárias alterações nas Condições de Entrega descritas na tabela do Anexo 1, oriundas comprovadamente de riscos operacionais do sistema, de determinação de órgãos ambientais ou de órgãos reguladores, as Parte(s) deverão imediatamente renegociar as Condições de Entrega. As Condições de Entrega somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA 13ª. MEDIÇÃO**

13.1 As Partes concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicada unidade de medida diversa.

13.2 A Quantidade Medida (QM) e a Quantidade Diária Disponibilizada (QDD) serão expressas com Arredondamento para número inteiro.

13.3 A unidade de medida de volume será o Metro Cúbico nas Condições Base.

13.4 Para fins de cálculo da Quantidade Medida (QM) no Sistema de Medição, a pressão atmosférica será baseada na coordenada geográfica do Ponto de Entrega.

13.5 A medição do volume de Gás fornecido à Compradora será efetuada pelo Sistema de Medição do Transportador, localizado a montante do Ponto de Entrega.

13.6 Para a determinação da Quantidade Diária Disponibilizada (QDD), a Quantidade Medida (QM) será multiplicada pela divisão do Poder Calorífico Superior (PCS) médio diário do Gás no respectivo Dia no Ponto de Entrega pelo Poder Calorífico de Referência (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDD = QM \times fcPC$$

$$fcPC = \frac{PCS_m}{PCR}$$

Onde:

- i. “QDD” significa a Quantidade Diária Disponibilizada;
- ii. “QM” significa a Quantidade Medida;
- iii. “fcPC” significa o fator de correção do poder calorífico do Gás, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. “PCS<sub>m</sub>” significa o Poder Calorífico Superior médio do referido Dia, arredondado até o primeiro algarismo inteiro;
- v. “PCR” significa o Poder Calorífico de Referência.

13.7 Qualquer controvérsia relacionada a esta Cláusula será resolvida conforme Cláusula 25ª.

13.8 As Partes desde já acordam que, em caso de mudança nas regras de medição e alocação do Sistema de Transporte, ajustarão esta Cláusula 13ª por meio de aditivo ao Contrato.

### **CLÁUSULA 14ª. QUALIDADE DO GÁS**



14.1 O Gás a ser entregue pela Vendedora à Compradora, no Ponto de Entrega, deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008, e em suas revisões ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

#### **CLÁUSULA 15ª. PARADAS PROGRAMADAS**

15.1 As Paradas Programadas correspondem a situações transitórias que resultem em redução, total ou parcial, no fornecimento ou no recebimento de Gás, para fins de reparo e manutenção técnica ou legalmente recomendada em equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás.

15.1.1 Para fins de Paradas Programadas, serão considerados como equipamentos vinculados ao fornecimento de Gás: as unidades de produção, as plantas de processamento, terminais de regaseificação de GNL, as malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte e entrega (seja de propriedade da Vendedora, seus contratados ou terceiros).

15.2 A Vendedora tem direito a efetuar as Paradas Programadas de acordo com as seguintes regras:

- a. A Vendedora, quando desejar efetuar uma Parada Programada, deverá enviar uma Notificação à Compradora, com pelo menos 90 (noventa) Dias de antecedência, informando a data de início de uma Parada Programada e o Ponto De Entrega que será afetado, bem como sua duração prevista e volume de redução.
- b. No caso de uma Parada Programada que interrompa totalmente a entrega de Gás pela Vendedora, o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder (i) 3 (três) Dias por Ano e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.
- c. No caso de uma Parada Programada que interrompa parcialmente a entrega de Gás pela Vendedora, o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 40% (quarenta por cento) da média anual das Quantidades Diárias Retiradas, sendo que o número total de dias de Paradas Programadas não poderá exceder 30 (trinta) Dias por Ano.

15.2.1 A quantidade de Gás que não possa ser entregue pela Vendedora durante uma Parada Programada será abatida dos compromissos de entrega da Vendedora e dos compromissos de recebimento da Compradora.

15.2.2 Desde que justificado por razões técnicas, a realização de uma Parada Programada poderá, mediante Notificação da Vendedora, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência da data de início da Parada Programada, desde que esta nova data postergue no máximo em até 30 (trinta) Dias a data originalmente notificada.

15.3 A Vendedora poderá solicitar com pelo menos 90 (noventa) Dias de antecedência, a realização de uma Parada Programada (i) em percentual superior e/ou (ii) por prazos superiores àqueles estabelecidos nas alíneas (b) e (c) do item 15.2.

15.4 A Vendedora deverá informar a data de início da Parada Programada, a duração prevista e o motivo técnico de ser necessária a realização da Parada Programada na data informada, independente de limites percentuais ou períodos preestabelecidos. A Compradora não poderá recusar a programação da Parada Programada sem uma justificativa técnica, exceto quanto à solicitação indicada no item 15.3, a qual somente poderá ser realizada após aceite expresso, e por escrito, da Compradora.

15.5 Os impactos das Paradas Programadas serão direcionados à QDCF, constituindo a QNFPP.

#### **CLÁUSULA 16ª. PENALIDADES**



16.1 A Compradora compromete-se a adquirir diariamente a Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Dia, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, ao pagamento do encargo estipulado no item 16.1.1, sem prejuízo do disposto no item 19.1.4, excetuadas as situações de Caso Fortuito ou Força Maior da Compradora.

16.1.1 Caso, em determinado Dia, a Compradora não nomine e programe junto ao Transportador uma Quantidade de Gás idêntica à QDP ("Quantidade Diária Nominada no Transporte de Saída" ou " $QDNT_s$ "), a Compradora pagará, além do faturamento regular, um encargo adicional calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q_{Falha\_Prog\_Compradora} = \text{Max} (0; QDP - QDNT_s), \text{ sendo:}$$

$$E_{Falha\_Prog\_Compradora\_Firme} = \frac{Q_{Falha\_Prog\_Compradora}}{QDP} \times QDPF \times 30\% PMF$$

$$E_{Falha\_Prog\_Compradora\_Put} = \frac{Q_{Falha\_Prog\_Compradora}}{QDP} \times QDPP \times 30\% PMP$$

Onde:

- i. " $E_{Falha\_Prog\_Compradora\_Firme}$ " significa o valor do encargo diário por falha de programação junto ao Transportador da Modalidade Firme;
- ii. " $E_{Falha\_Prog\_Compradora\_Put}$ " significa o valor do encargo diário por falha de programação junto ao Transportador da Modalidade Flexível;
- iii. " $QDP$ " significa a Quantidade Diária Programada (QDP) do Ponto de Entrega, para determinado Dia, em  $m^3$  na Condição de Referência;
- iv. " $QDPF$ " significa a Quantidade Diária Programada Firme (QDPF) do Ponto de Entrega, para determinado Dia, em  $m^3$  na Condição de Referência;
- v. " $QDPP$ " significa a Quantidades Diária Programada Put (QDPP) do Ponto de Entrega, para determinado Dia, em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vi. " $QDNT_s$ " significa a Quantidade de Gás nominada pela Compradora junto ao Transportador, em  $m^3$  na Condição de Referência;
- vii. " $Q_{Falha\_Prog\_Compradora}$ " significa a Quantidade de falha de programação da Compradora, para determinado Dia, em  $m^3$  na Condição de Referência;
- viii. " $PMF$ " significa a Parcela da Molécula Firme, vigente no Dia em que ocorreu a falha de programação pela Compradora junto ao Transportador, expressa em  $R\$/m^3$ , com Arredondamento na quarta casa decimal;
- ix. " $PMP$ " significa a Parcela da Molécula Put, vigente no Dia em que ocorreu a falha de programação pela Compradora junto ao Transportador, expressa em  $R\$/m^3$ , com Arredondamento na quarta casa decimal.

16.2 A Vendedora compromete-se a disponibilizar para a Compradora, no Ponto de Entrega, as Quantidades Diárias Programadas Firmes (QDPF), excetuadas as situações de Caso Fortuito ou Força Maior da Vendedora.

16.2.1 Penalidade por Falha no Fornecimento diária: no caso de Falha no Fornecimento diária, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$P_{FFF(Dia)} = QNF_{FF} \times 30\% \times PMF$$

$$P_{FFP(Dia)} = QNP_{FF} \times 30\% \times PMP$$



Onde:

- i. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento Firme, caso positiva;
- ii. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento Put, caso positiva;
- iii. " $PMF$ " significa a Parcela da Molécula Firme, vigente no Dia em que ocorreu a Falha no Fornecimento, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iv. " $PMP$ " significa a Parcela da Molécula Put, vigente no Dia em que ocorreu a Falha no Fornecimento, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- v. " $QNF_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás Firme não disponibilizada pela Vendedora conforme fórmula abaixo, no Ponto de Entrega, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência:
- vi. " $QNP_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás Put não disponibilizada pela Vendedora conforme fórmula abaixo, no Ponto de Entrega, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência:

$QNF_{FF} = \text{Max} (0; QDP - QDNT_E)$ , sendo:

$$QNF_{FF} = \frac{QNF_{FF}}{QDP} \times QDPF$$

$$QNP_{FF} = \frac{QNF_{FF}}{QDP} \times QDPP$$

$QDP$	Significa a Quantidade Diária Programada Firme (QDPF), em determinado Dia;
$QDNT_E$	Significa a Quantidade de Gás nominada pela Vendedora junto ao Transportador, em m <sup>3</sup> na Condição de Referência;
$QNF_{FF}$	Significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora, no Ponto de Entrega, em m <sup>3</sup> na Condição de Referência;
$QDPF$	Significa a Quantidade Diária Programada Firme (QDPF) do Ponto de Entrega, para determinado Dia, em m <sup>3</sup> na Condição de Referência;
$QDPP$	Significa a Quantidade Diária Programada Put (QDPP) do Ponto de Entrega, para determinado Dia, em m <sup>3</sup> na Condição de Referência.

16.3 A penalidade estabelecida no item 16.2 é a única indenização aplicável à Vendedora em caso de Falha de Fornecimento, neste Contrato. Nenhuma outra indenização será devida pela Vendedora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Compradora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

16.4 Todo volume de Gás não entregue em razão de Falha de Fornecimento deverá ser descontado do cálculo dos compromissos de retirada previstos nos itens 5.2 e 5.3 deste Contrato.

#### CLÁUSULA 17ª. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

17.1 Cada uma das Partes expressamente declara e garante à outra o que segue:

17.1.1 até a entrada em eficácia deste Contrato, deterá todas as autorizações legais, governamentais e regulatórias necessárias para celebrar este Contrato e para assumir e cumprir com as obrigações dele decorrentes;

17.1.2 obteve todas as autorizações societárias necessárias à celebração e assunção e cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato;



17.1.3 a celebração deste Contrato não viola quaisquer contratos de que seja parte, obrigações, decisões administrativas e judiciais que lhe sejam oponíveis ou a que esteja sujeita;

17.1.4 as obrigações assumidas neste Contrato são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;

17.1.5 todas as informações fornecidas pela Compradora ou pela Vendedora são completas e exatas, sejam elas informações escritas, relatórios, correspondências, notificações e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos;

17.1.6 até a presente data todos os atos e negócios relacionados ao presente Contrato observaram os preceitos e cumpriram as disposições das leis relacionadas à ética nos negócios e política anticorrupção em vigor no Brasil, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº. 12.846/13;

17.1.7 manterão válidas, quando cabível, todas as declarações listadas nas Cláusulas acima durante todo o Prazo de Vigência.

17.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, cada uma das Partes se obriga perante a outra a informar, por escrito, num prazo máximo de até 02 (dois) Dias Úteis contados da data do conhecimento do evento, à outra Parte sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possa representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA 18ª. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

18.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas ao longo do presente Contrato, as Partes obrigam-se a:

18.1.1 observar e cumprir rigorosamente toda a Legislação Aplicável aos seus negócios sociais e/ou às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente Contrato, especialmente aquelas, de natureza geral ou particular, oriundas da ANP ou de qualquer outro agente ou órgão regulador do mercado de gás natural com competência sobre a matéria;

18.1.2 obter e manter válidas e vigentes, durante todo o Prazo de Vigência, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato.

#### **CLÁUSULA 19ª. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO**

19.1 Não obstante o caráter irrevogável e irretroatável deste Contrato, este poderá ser rescindido de pleno direito, pela Parte adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (Evento de Inadimplemento):

19.1.1 insolvência, falência, pedido de autofalência ou pedido recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial ou intervenção de qualquer Autoridade Competente;

19.1.2 o não pagamento por qualquer das Partes, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela outra Parte, desde que o valor devido supere o equivalente a duas faturas mensais e esse valor se encontre em aberto por um período de 60 (sessenta) dias consecutivos;

19.1.3 se a Vendedora incorrer em Penalidade por Falha no Fornecimento cuja Quantidade Faltante dentro de um mesmo Mês de fornecimento ultrapasse 17 (dezesete) vezes a QDC do Mês em questão ou 100 (cem) Dias alternados, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade Faltante nesse dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor;



19.1.4 se a Compradora incorrer em Penalidade por erro de nominação junto ao Transportador, cuja Quantidade de Gás sobre a qual incide a Penalidade, dentro de um mesmo Mês de fornecimento, ultrapasse 17 (dezessete) vezes a QDC do Mês em questão ou 100 (cem) Dias alternados, sendo certo que um Dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade de Gás sobre a qual incide a penalidade nesse dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor;

19.1.5 se a Compradora retirar uma Quantidade de Gás acima da Quantidade Diária Programada (QDP) dentro de um mesmo Mês de fornecimento, que ultrapasse 17 (dezessete) vezes a QDC do Mês em questão ou 100 (cem) dias alternados, sendo certo que um dia alternado só poderá ser contabilizado se a Quantidade de Gás sobre a qual incide a penalidade nesse dia superar no mínimo 10% (dez por cento) da QDC em vigor;

19.1.6 caso a outra Parte, venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no presente Contrato, bem como se as declarações e garantias elencadas na Cláusula 17ª sejam inverídicas ou contenham informações incorretas quando da celebração deste Contrato ou não mais correspondam à realidade durante o Prazo de Vigência;

19.1.7 caso a Compradora deixar de apresentar, na data e condições previstas na Cláusula 9ª deste Contrato, a Garantia;

19.1.8 caso a Garantia apresentada pela Compradora se torne inexecutável por razões imputáveis ou não à ação ou omissão da Compradora, e esta, notificada a substituí-la por outra garantia, não o faça conforme estabelecido na Cláusula 9ª;

19.1.9 se a Parte incorrer em mora/inadimplemento, não sanado nos respectivos prazos de cura aplicáveis previsto, ou ainda vencimento antecipado, de qualquer outra obrigação assumida perante a outra Parte (não consideradas outras empresas do mesmo Grupo Econômico) em outros contratos de compra e venda de Gás, ressalvada a aplicação das penalidades e responsabilidade previstas no contrato, e salvo se a Parte adimplente notificar a outra Parte quanto à sua intenção de rescisão contratual, no prazo de 30 (trinta) dias contados do conhecimento do fato;

19.1.10 cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a Cláusula 26.1 ou caso haja cisão, fusão, incorporação, transformação, Mudança De Controle ou qualquer tipo de reorganização societária da Compradora, sem a aprovação da Vendedora;

19.1.11 qualquer violação da Cláusula 24 deste Contrato, observados os prazos de cura na Cláusula 24.3.

19.2 Exceto pela hipótese prevista na Cláusula 19.1.1, que resultará a rescisão direta e imediata independente de qualquer aviso ou Notificação, a ocorrência das demais hipóteses previstas na Cláusula 19.1, não sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento, pela Parte inadimplente, de Notificação enviada pela Parte adimplente instando-a a adimplir a obrigação, facultará à Parte adimplente considerar imediatamente rescindido este Contrato, tornando-se exigível as obrigações decorrentes da rescisão do instrumento, inclusive com a exigibilidade da Garantia constituída.

19.2.1 Uma vez sanado qualquer Evento De Inadimplemento notificado conforme item 19.2, as obrigações das Partes no Contrato serão restabelecidas e as Partes não mais terão o direito de resolver o Contrato com base em tal inadimplemento.

19.3 Ocorrendo a rescisão deste Contrato, a Parte inadimplente obriga-se a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, inclusive perante a terceiros, responsabilizando-se também pelo pagamento das penalidades previstas na Cláusula 20 abaixo.



19.4 Em caso de Evento de Inadimplemento pela Compradora e até que referido evento não seja totalmente sanado, a Vendedora estará desobrigada de atender a qualquer compromisso de efetuar a entrega do Gás estabelecido neste Contrato. Eventual tolerância pela Vendedora em retomar a entrega de Gás não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

#### CLÁUSULA 20ª. RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO

20.1 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação neste ou em qualquer outro instrumento de compra e venda de Gás entre as Partes (não considerando empresas do mesmo grupo econômico), que dê causa a rescisão, conforme Cláusula 19ª, não sanados dentro do período de cura, a Parte adimplente, a seu exclusivo critério e mediante Notificação escrita, terá o direito de imediatamente suspender o fornecimento ou o pagamento da Gás e/ou rescindir o presente Contrato, assim como todos os outros instrumentos de compra e venda de Gás entre as Partes, caso em que a Parte inadimplente estará obrigada a pagar para a Parte adimplente no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da Notificação para tanto, que deverá indicar a conta bancária para depósito, o Valor de Indenização da Resolução (VIR), conforme cálculo abaixo:

$VIR = VIR1 + VIR2 + RT$ , sendo:

$$VIR1 = \sum_n QDCF_n \times \text{Min}(DF; 365) \times (50\% \times PMF)$$

$$VIR2 = \sum_n QDCP_n \times \text{Min}(DF; 365) \times (50\% \times PMP)$$

Onde:

- i. “VIR” significa o Valor de Indenização da Resolução antecipada do Contrato a ser pago pela Parte inadimplente à Parte Adimplente;
- ii. “VIR1” significa o Valor de Indenização da Resolução 1 antecipada do Contrato a ser pago pela Parte inadimplente à Parte Adimplente, dos compromissos relacionados à QDCF;
- iii. “VIR2” significa o Valor de Indenização da Resolução 2 antecipada do Contrato a ser pago pela Parte inadimplente à Parte Adimplente, dos compromissos relacionados à QDCP;
- iv. “ $\sum_n QDCF_n$ ” significa a soma das Quantidades Diárias Contratuais Firmes (QDCF) do Contrato;
- v. “ $\sum_n QDCP_n$ ” significa a soma das Quantidades Diárias Contratuais Put (QDCP) do Contrato;
- vi. “DF” significa os dias faltantes para o término do prazo contratual;
- vii. “PMF” significa a Parcela da Molécula Firme vigente na data de resolução do Contrato, acrescido dos Tributos e encargos aplicáveis;
- viii. “PMP” significa a Parcela da Molécula Put vigente na data de resolução do Contrato, acrescido dos Tributos e encargos aplicáveis;
- ix. “RT” significa o valor comprovado da rescisão do contrato de transporte firmado pela Parte adimplente para atendimento do presente Contrato.

20.1.1 Acordam as Partes que o valor estipulado no item 20.1 representa a totalidade de indenização exigível da Parte inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente, exceto as obrigações que sobrevivem ao término do Contrato, conforme item 3.2.



20.1.2 Na hipótese de rescisão imotivada do Contrato, a Parte que efetuar a resolução, mediante Notificação que deve ser enviada com antecedência de 90 (noventa) Dias, se sujeitará ao pagamento do Valor de Indenização da Resolução (VIR) à outra Parte.

20.2 A Parte adimplente emitirá um Documento de Cobrança à Parte inadimplente com o valor, acrescido dos Tributos, correspondente ao Valor de Indenização da Resolução (VIR), detalhando o seu cálculo. O Documento de Cobrança deverá ser pago em até 05 (cinco) Dias Úteis após a data de sua emissão.

20.3 O Contrato poderá ser resolvido por qualquer das Partes, mediante envio de Notificação por escrito à outra Parte, sem responsabilidade alguma de qualquer Parte perante a outra Parte, nas seguintes ocorrências:

- a. por mútuo acordo das Partes;
- b. pela impossibilidade de fornecimento e/ou retirada, conforme o caso, de Gás no mínimo 30% (trinta por cento) da Quantidade Diária Contratual (QDC) em razão de Caso Fortuito ou Força Maior, por um período continuado maior de 180 (cento e oitenta) Dias;
- c. pela impossibilidade de sobrevida do Contrato, em função de determinação legal.

20.4 A resolução do Contrato, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 20.1, não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste Contrato sobre incidências tributárias e solução de controvérsias e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

20.5 Ocorrendo a rescisão deste Contrato, a Parte inadimplente obriga-se a manter a Parte adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste Contrato, exceto quanto àquelas obrigações já incorridas até a data do evento de inadimplência pela Parte inadimplente, bem como àquelas que perdurarão após o encerramento do Contrato.

20.6 Caso, em relação ao pagamento da multa ou das perdas e danos retro referidas, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais a Parte inadimplente tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, a Parte inadimplente, independentemente do questionamento apresentado por escrito à Parte adimplente, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento integral do valor correspondente à multa e/ou perdas e danos cabíveis, sem qualquer direito à retenção.

20.6.1 Caso a questão relativa à parcela contestada seja dirimida num prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, a Parte adimplente, concordando que o valor cobrado contestado foi indevido, deverá, no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis contados da data em que ocorrer a composição pelas Partes, efetuar o depósito do valor cobrado indevidamente, em conta corrente indicada pela Parte inadimplente, corrigido pela variação acumulada do IGP-M da data do pagamento pela Parte inadimplente até a data de sua devolução.

20.6.2 Caso a questão não seja dirimida dentro do período acima referido, a controvérsia será submetida à Arbitragem, na forma da Cláusula 25.

20.7 Sobre o valor devido de acordo com a presente Cláusula e não pago, incidirão a correção monetária e os juros moratórios previstos na Cláusula 7.13, a partir do primeiro dia após o esgotamento do prazo estabelecido na Cláusula 20.2 acima até o efetivo pagamento dos valores devidos nos termos desta Cláusula 20.

20.8 Caso a Parte inadimplente seja a Compradora e esta não tiver efetuado o pagamento nos termos desta Cláusula 20, a Vendedora acionará a Garantia outorgada nos termos deste Contrato, sem prejuízo da cobrança de eventuais valores remanescentes.



## **CLÁUSULA 21ª. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

21.1 Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das Partes e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- a. que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
- b. a Parte Afetada não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- c. a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- d. sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

21.1.1 A definição de Caso Fortuito ou Força Maior contempla qualquer ato, evento ou circunstância relacionada à atividade de produção, processamento, regaseificação, estoque, evacuação, transporte e/ou compra e venda de Gás abrangidos pelo escopo do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, que fuja ao controle arrazoado da Parte Afetada, que não poderia ter sido evitado ou superado pelo exercício da norma por um operador razoável e prudente da Parte Afetada, e que acarrete ou resulte em uma falha da Parte Afetada na execução de uma ou mais obrigações nos termos do Contrato.

21.2 Caso alguma das Partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações por motivo de Caso Fortuito ou Força Maior, o Contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa por tempo igual ao de duração do evento, a partir da Notificação, e proporcionalmente aos seus efeitos.

21.2.1 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

21.2.2 Caso a Sentença Arbitral determine que não ocorreu o Caso Fortuito ou Força Maior, ou a Parte que a alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de Caso Fortuito ou Força Maior.

21.3 Em nenhuma circunstância, para fins deste Contrato, configurará um evento de Caso Fortuito ou Força Maior a ocorrência de qualquer das situações abaixo que afete uma obrigação de qualquer das Partes:

21.3.1 alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como alterações das condições de mercado para a comercialização do Gás; ou

21.3.2 insolvência, liquidação, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, encerramento, término ou evento semelhante, de uma Parte, suas partes relacionadas ou de terceiros; ou

21.3.3 perda de mercado da Parte Afetada ou a impossibilidade de a Parte Afetada utilizar ou vender, de forma econômica, o Gás; ou

21.3.4 a possibilidade que se apresentar à Vendedora ou à Compradora de, respectivamente, vender ou comprar o Gás no mercado a preços mais favoráveis do que os consubstanciados neste Contrato; ou



21.3.5 qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

21.3.6 falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior; ou

21.3.7 greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada.

21.4 Sem limitar a generalidade do dispositivo contido no parágrafo único do art. 393, do Código Civil, será considerado como de Caso Fortuito ou Força Maior qualquer evento fora do controle das Partes, cuja ocorrência, ou cujas consequências as Partes não pudessem prever na data de celebração deste Contrato e que torne total ou parcialmente impossível, para a Parte Afetada, o pontual e fiel cumprimento de uma ou mais obrigações decorrentes do presente Contrato, tais como:

21.4.1 quaisquer atos da natureza, tais como tempestades, inundações, deslizamentos de terra, raios, terremotos ou outros abalos sísmicos; ou

21.4.2 quaisquer eventos inesperados causados pelo homem, tais como guerras, sabotagens, bloqueios militares, revoltas, motins, embargos, repressões, comoções civis ou outros atos de inimigos públicos.

21.5 A Parte Afetada pela ocorrência de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá comunicar o fato à outra Parte em um prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis contados da data do evento, ou tão logo quanto possível, , mediante Notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato e a estimativa do período em que o evento de Caso Fortuito ou Força Maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

21.6 A suspensão das obrigações em decorrência de Caso Fortuito ou Força Maior não terá o efeito de eximir a Parte Afetada da obrigação de efetuar o pagamento de montantes devidos relativamente ao período anterior à ocorrência do evento de Caso Fortuito ou Força Maior, ainda que sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no Contrato.

21.7 A Parte Afetada pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior deverá tomar e demonstrar que tomou as medidas e esforços que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes da Caso Fortuito ou Força Maior que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste Contrato e, se necessário e quando possível, permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar. A Parte Afetada não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

21.8 Cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior, a Parte que tiver sido afetada por ele deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo de 03 (três) Dias Úteis, mediante Notificação por escrito, ficando a Parte até então impedida de cumprir as suas obrigações, obrigada a retomar imediatamente o cumprimento das obrigações na forma prevista neste Contrato.



21.9 A alegação comprovadamente de má-fé, por qualquer das Partes, acerca da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta Cláusula 21ª com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste Contrato, dará direito à outra Parte de promover a rescisão do Contrato, arcando a Parte que der causa à rescisão com as penalidades previstas na Cláusula 20ª deste Contrato.

21.10 As Partes reconhecem e aceitam que este Contrato poderá ser rescindido por prévia Notificação escrita enviada por uma Parte à outra, na hipótese de uma Parte deixar de entregar ou retirar, conforme o caso, no mínimo 30% da QDC por um período maior do que 180 (cento e oitenta) Dias consecutivos devido a um evento de Caso Fortuito ou Força Maior, sem a incidência de qualquer penalidade.

21.11 Os impactos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior serão direcionados entre QDCF e QDCP na proporção da QDPF e QDPP sobre a QDP, constituindo a QNFFM e QNPFM respectivamente.

#### **CLÁUSULA 22ª. PLANO DE CONTINGÊNCIA**

22.1 As responsabilidades contratuais, na eventual vigência de plano de contingência, serão regidas pela Legislação Aplicável.

22.2 Para os fins previstos no artigo 35 da Lei 14.134/2021, as Partes obrigam-se a observar compulsoriamente Plano de Contingência para o suprimento de Gás, em caso de contingência de abastecimento caracterizada nos termos do artigo 34 da Lei 14.134/2021, hipótese em que ficarão suspensos ou reduzidos os compromissos de retirada e fornecimento e respectivos encargos, previstos neste Contrato, de acordo com os impactos neste Contrato decorrentes da execução do Plano de Contingência.

#### **CLÁUSULA 23ª. CONFIDENCIALIDADE**

23.1 As Partes comprometem-se, por si, seus sócios, empregados, contratados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade e sigilo em relação ao conteúdo do presente Contrato e de qualquer tratativa entre as Partes, ainda que pré-contratual, assim como os documentos de proposta e de todas e quaisquer informações que lhe foram fornecidas pela outra Parte, de qualquer tipo e em qualquer tipo e forma (inclusive, dentre outras, escrita, verbal, visual, de áudio ou eletrônica) sob pena de rescisão antecipada do Contrato, sem prejuízo de incorrer nas sanções cíveis e penais aplicáveis.

23.2 A obrigação prevista no item 23.1 terá vigência a partir do primeiro contato entre as Partes a respeito do Contrato ora celebrado e permanecerá em vigor mesmo após à rescisão do presente Contrato por qualquer causa, pelo prazo de 03 (três) anos.

23.3 Não se aplica o dever de confidencialidade e sigilo em relação a informações divulgadas: i) sob o consentimento prévio e por escrito da outra Parte; ii) à empresas relacionadas à qualquer Parte, seus diretores, empregados, prepostos e contratados, desde que estes se comprometam com os deveres de confidencialidade e seja para estrito cumprimento dos termos deste Contrato; iii) em virtude de obrigações legais, judiciais, regulatórias e/ou administrativas; e iv) que já sejam de prévio domínio público, desde que não oriundo por violação da presente Cláusula.

23.4 As Partes deverão obter autorização por escrito da outra Parte antes de realizar qualquer comunicação externa, de qualquer natureza, que tenha relação com o presente Contrato e/ou com as relações comerciais entre as Partes, exceto para fins de cumprimento de obrigações conforme item (iii) da cláusula acima.

#### **CLÁUSULA 24ª. OBRIGAÇÕES ANTISUBORNO, ANTICORRUPÇÃO E ANTI LAVAGEM DE DINHEIRO**

24.1 Cada Parte declara, garante e compromete-se que, em conexão com este Contrato e os negócios dele resultantes:

- (i) tem conhecimento e cumprirá com o disposto nas Leis Anticorrupção;



(ii) direta ou indiretamente, não realizou, ofereceu, autorizou ou aceitou, bem como não realizará, oferecerá, autorizará ou aceitará qualquer pagamento, presente, promessa ou outra vantagem, para uso ou benefício de qualquer Funcionário Público ou qualquer outra pessoa para a qual o referido pagamento, presente, promessa ou outra vantagem possa constituir um pagamento de facilitação ou que de outra forma viole as Leis Anticorrupção;

(iii) manteve e manterá políticas e procedimentos escritos adequados para cumprir as Leis Anticorrupção, bem como possuem seus próprios Códigos de Conduta, cujas disposições deverão ser observadas pelas respectivas Partes durante a vigência deste Contrato;

(iv) manteve e manterá controles internos adequados, incluindo, mas não se limitando, a realização de esforços razoáveis para assegurar que todas as transações sejam registradas e relatadas com precisão em seus livros e registros, de forma a refletir verdadeiramente as atividades a que pertencem, bem como a finalidade de cada transação, com quem foi celebrada, para quem foi realizada, assim como o objeto da transação;

(v) reterá referidos livros e registros pelo período exigido pela Legislação Aplicável ou conforme as políticas de retenção da respectiva Parte, o que for mais longo;

(vi) no caso em que uma Parte venha a ter ciência de que violou qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, notificará imediatamente a outra Parte, respeitado o sigilo das informações na forma da Legislação Aplicável;

(vii) envidou e envidará todos os esforços razoáveis para exigir que quaisquer subcontratados, agentes ou quaisquer outros terceiros também cumpram com os requisitos previstos nesta Cláusula;

(viii) fornecerá à outra Parte, quando expressamente solicitado, todas as informações referentes aos seus proprietários/acionistas, executivos e estrutura corporativa (incluindo quaisquer alterações posteriores), o que deverá ser documentalmente comprovado, salvo se tais informações sejam de conhecimento público, para fins de suportar os requisitos dos processos contínuos da parte requisitante de cadastro de contrapartes ("*Know Your Customer – KYC*"); e

(ix) somente as Partes deste Contrato (e não suas Afiliadas ou um terceiro) deverão efetuar pagamentos à outra Parte, salvo se previamente acordado por escrito entre as Partes.

24.2 Mediante prévia notificação razoável, e respeitado o sigilo das informações na forma da Legislação Aplicável, durante a vigência deste Contrato e por 07 (sete) Anos após o seu término, cada Parte terá direito, às suas expensas, de auditar os livros e registros relevantes da outra Parte relacionadas ao cumprimento deste Cláusula, devendo a outra Parte adotar todas as medidas razoáveis para viabilizar esse direito.

24.3 Sem limitação a quaisquer outros recursos disponíveis, quando uma Parte ou seus subcontratados, agentes ou outros terceiros não cumprirem qualquer disposição prevista nesta Cláusula, a outra Parte, de boa-fé, terá o direito de notificar por escrito a Parte inadimplente. Caso (i) a notificação contenha todos os detalhes razoáveis sobre o mencionado descumprimento e este não possa ser sanado ou, (ii) em sendo possível a cura da inadimplência, ainda assim a Parte inadimplente não venha a sanar o descumprimento no prazo de 60 (sessenta) Dias após o recebimento da Notificação de descumprimento, a Parte adimplente terá o direito de rescindir o Contrato, mediante Notificação escrita à Parte inadimplente comunicando a rescisão, nos termos da Cláusula 19ª.

24.4 Nenhuma disposição deste Contrato exigirá que as Partes cumpram ou realizem qualquer uma de suas disposições, se, ao fazê-lo, a Parte descumprir as Leis Anticorrupção.

24.5 As obrigações previstas nesta Cláusula permanecerão em vigor após a rescisão ou término da vigência deste Contrato.

#### **CLÁUSULA 25ª. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS**



25.1 Este Contrato e qualquer Disputa ou reivindicação dele decorrente ou relacionada a ele ou ao seu objeto ou formação, incluindo controvérsias ou reivindicações de natureza não contratual, serão regidos e interpretados exclusivamente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e interpretados em conformidade com estas, excluindo conflitos de leis e princípios de lei aplicáveis que disponham em contrário.

25.2 Resolução de Disputas:

25.2.1 Qualquer Disputa ou reivindicação que surja em decorrência ou em conexão com este Contrato ou seu objeto ou formação, incluindo quaisquer questões relacionadas a sua existência, validade, interpretação, quebra ou término, e incluindo qualquer reivindicação não-contratual, será resolvida final e exclusivamente pela Arbitragem sob as regras de Arbitragem (as "Regras") da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

25.2.2 O Tribunal Arbitral a ser indicado de acordo com as Regras de Arbitragem consistirá de 01 (um) árbitro. No entanto, se o valor da controvérsia exceder R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) o Tribunal Arbitral consistirá de 03 (três) árbitros.

25.2.3 O local da Arbitragem será Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

25.2.4 O idioma da Arbitragem será o português.

25.2.5 Nada nesta Cláusula será interpretado como impedimento a que qualquer das Partes execute a decisão arbitral ou solicite medidas provisórias conservatórias ou similares no Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro/RJ na forma permitida pela Lei nº. 9.307/96. Qualquer Sentença Arbitral proferida pelo Tribunal Arbitral será escrita, final e vinculativa para as Partes, vedado o julgamento por equidade. As Partes executarão a Sentença Arbitral sem demora. O Tribunal Arbitral não concederá nem danos punitivos nem danos morais e observará o disposto na Cláusula 27 quando da fixação dos danos, caso aplicável. Todos os aspectos da Arbitragem serão considerados confidenciais.

## CLÁUSULA 26ª. NOTIFICAÇÕES

26.1 Qualquer aviso ou outra comunicação de uma Parte à outra a respeito deste Contrato, será feito por escrito e poderá ser entregue pessoalmente ou enviado por correio, fax ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova do seu recebimento, devendo ser encaminhado para os endereços constantes no preâmbulo deste contrato aos cuidados de:

Para a VENDEDORA:

Avenida República do Chile, 330, 20º andar, sala 2001, Bloco 2, Centro, Rio de Janeiro/RJ

CEP 20031-170

Comercial: m.vitorino@shell.com

Contratos: GXTRSEBContracts@shell.com

Programação: GXSENABRAZILCOMMERCIALOPERATIONS@shell.com

Medição e Qualidade: GXTRSEBGasBackOffice@shell.com

Financeiro: Fernando.Brochado@shell.com

Para a COMPRADORA:

Avenida Washington Soares, 6475, bairro José de Alencar, Fortaleza/CE

CEP: 60830-005

Comercial: thais.cunha@cegas.com.br

Contratos: thais.cunha@cegas.com.br

Programação: rafael.cavalcanti@cegas.com.br

Medição e Qualidade: jardel.alves@cegas.com.br

Financeiro: mariajose.azevedo@cegas.com.br

26.2 Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra Parte.



26.3 Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

#### **CLÁUSULA 27ª. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES**

27.1 A responsabilidade das Partes, nos termos do Contrato será limitada aos danos diretos sofridos por uma das Partes, não respondendo, portanto, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, efetivos ou potenciais, perda de uma chance, perdas causadas por interrupção de negócios, reputação, dentre outros, ainda que em virtude de inadimplemento contratual ocasionado pela outra Parte e que fosse possível prevê-los de qualquer forma.

27.2 Não obstante o previsto na cláusula anterior, caso por negligência da outra Parte, a Parte seja obrigada a arcar com qualquer outro custo não previsto, a outra Parte deverá indenizar a primeira Parte.

27.3 As responsabilidades das Partes referentes a violação desse Contrato ou por negligência não excederá um valor igual ao Valor Total do Contrato indicado no item 3.2 do Anexo 1 deste Contrato.

27.4 A responsabilidade das Partes não será limitada pelo valor da cláusula anterior por responsabilidades decorrentes das obrigações abaixo e esses valores não serão descontados na avaliação se a limitação prevista na cláusula anterior for atingida:

- a. Responsabilidades das Partes no pagamento de Tributos, incluindo, se aplicável, qualquer obrigação de indenizar a outra Parte por esses Tributos;
- b. Valores a pagar devido a penalidades previstos na Cláusula 16 (Penalidades);
- c. Valores a pagar pela rescisão prevista na Cláusula 20 (Resolução e Indenização); e
- d. Leis aplicáveis e violação das Cláusulas 24 (Obrigações Antissuborno, Anticorrupção e Antilavagem de Dinheiro) e 29.8 (Privacidade de Dados).

#### **CLÁUSULA 28ª. OPÇÃO DA VENDEDORA DE FORNECIMENTO ATRAVÉS DE ORIGEM DE SUPRIMENTO ALTERNATIVA**

28.1 Com o fim de viabilizar a confiabilidade e a segurança no efetivo fornecimento de Gás pela Vendedora à Compradora, as Partes desde já acordam que, durante a vigência deste Contrato, a Vendedora possuirá a opção de alterar parcialmente, ou na totalidade do suprimento, a origem do Gás fornecido à Compradora, isto é, uma parcela do suprimento poderá ser proveniente da Origem de Suprimento Base, e outra parcela poderá ser proveniente de uma Origem de Suprimento Alternativa, desde que a Compradora confirme por escrito, com 24 horas de antecedência, que a Origem de Suprimento Alternativa é viável para recebimento pela Compradora, sob o ponto de vista técnico-operacional, para o cumprimento de suas obrigações de fornecimento sem que haja alteração das condições técnico-comerciais acordadas entre as Partes, incluindo os preços.

28.2 Para fins do faturamento regular do Gás, previsto nos itens 7.2 e 7.3, e faturamento do Gás relativo à opção da Vendedora, a Vendedora deverá segregar os volumes de cada origem.

28.3 Em razão da opção da Vendedora de fornecimento através de mais de uma origem de suprimento, conforme esta Cláusula 28ª, as Partes concordam que, no caso de exercício da opção pela Vendedora, poderão ser apresentados Documentos De Cobrança separados, referentes a cada origem de suprimento naquele determinado Mês, e os Documentos De Cobrança poderão ser emitidos por qualquer filial da Vendedora.

28.4 Fica desde já acertado que independente da origem de suprimento de Gás, o Preço do Gás (PG) aplicado à parcela de Origem de Suprimento Alternativa será o mesmo praticado para as parcelas de Origem de Suprimento Base.

#### **CLÁUSULA 29ª. DISPOSIÇÕES GERAIS**



29.1 É vedada a cessão parcial ou total de direitos ou obrigações derivados do Contrato sem prévio consentimento, por escrito, da outra Parte.

29.2 O Contrato não poderá ser alterado, nem haverá renúncia das suas disposições, exceto por meio de aditamento por escrito assinado pelas Partes, observando-se o disposto na Legislação Aplicável.

29.3 O término do prazo de vigência do Contrato não afetará quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento e nem obrigações ou direitos de qualquer das Partes, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

29.4 O Contrato é reconhecido pelas Partes como título executivo extrajudicial conforme disposto no artigo 784, III, do Código de Processo Civil, para efeitos da cobrança de todos os valores apurados e considerados devidos.

29.5 A tolerância de uma Parte para com a outra, relativamente ao descumprimento de obrigações aqui assumidas, não implicará novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, não impedindo a Parte tolerante de exigir da outra, a qualquer tempo, o fiel e cabal cumprimento do Contrato.

29.6 A decretação de invalidez, ilegalidade ou inexecutibilidade de qualquer das Cláusulas ou disposições contidas no Contrato por qualquer tribunal ou outro órgão competente, não invalida as demais Cláusulas, permanecendo o Contrato em pleno vigor com relação às Cláusulas remanescentes.

29.7 Se, por qualquer motivo ou disposição contratual o presente Contrato tornar-se ou for declarado inválido, ilegal ou inexecutível, por qualquer tribunal ou outro órgão competente, as Partes negociarão de boa-fé para ajustar, mediante aditamento formal ao Contrato, disposições que a substituam por outra que não sejam inválidas, ilegais ou inexecutíveis e que mantenha em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das Partes.

29.8 As Partes se obrigam a atender à legislação brasileira no que se refere à proteção de dados, comprometendo-se, quando aplicável, a captar, processar (interna ou externamente), conservar e tratar os Dados Pessoais para o estrito cumprimento do presente Contrato. Deverão as Partes tomar os cuidados que tomariam para a proteção de seus próprios dados. Os referidos dados apenas serão disponibilizados ou transferidos, no todo ou em parte, a terceiros se isso decorrer de obrigação legal ou quando for necessário ao cumprimento de determinação judicial ou autoridade regulatória, ou, em processo judicial ou procedimento arbitral para a defesa dos interesses da Parte, hipóteses nas quais avisará previamente a outra Parte. Para os fins desta cláusula, "Dados Pessoais" significa qualquer informação relacionada: a um indivíduo identificado ou identificável, à proteção de indivíduos e ao processamento de tais informações e exigências de segurança para a livre movimentação de tais informações.

29.9 O Contrato, incluindo suas Condições Comerciais, bem como os respectivos anexos, constituem o acordo integral entre as Partes e suplanta todas as negociações, declarações ou acordos anteriores relacionados ao seu objeto, sejam verbais ou por escrito.

29.10 O Contrato vincula, em sua integralidade, os sucessores das Partes à qualquer título, em caráter irrevogável e irretratável.



E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes celebram o presente instrumento, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

As Partes, bem como seus signatários, na qualidade de representantes legais destas, admitem a assinatura digital do presente Contrato, comprovada por meio de certificação digital válida e hábil para garantir a integridade e a autoria deste Contrato (ICP-Brasil). Assim, as Partes reconhecem que este Contrato e qualquer outro documento a ele relacionado poderão ser assinados eletronicamente ou de forma manuscrita ou por ambas as modalidades no mesmo documento, bem como que as assinaturas eletrônicas apostas neste Contrato possuirão valor legal, para todos os fins, incluindo a comprovação da validade jurídica, integridade e autenticidade do Contrato.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022.

#### SHELL ENERGY DO BRASIL GÁS LTDA.:

DocuSigned by:  
Anna Carolina Bunting  
Signed By: ANNA CAROLINA BUNTING  
CPF: [REDACTED]  
Signing Time: 8/26/2022 | 7:03:24 AM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Anna Carolina Bunting  
Cargo: Gerente Comercial

DocuSigned by:  
Patricia Gonçalves da Rocha  
Signed By: PATRICIA GONCALVES DA ROCHA  
CPF: [REDACTED]  
Signing Time: 8/26/2022 | 7:03:10 AM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Patricia Gonçalves da Rocha  
Cargo: Procuradora

#### COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS:

DocuSigned by:  
Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
Assinado por: HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR  
CPF: [REDACTED]  
Data/Hora da Assinatura: 8/26/2022 | 1:44:01 PM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Hugo Santana de Figueirêdo Junior  
Cargo: Diretor Presidente

DocuSigned by:  
Leandro Petsold dos Santos Araújo  
Assinado por: LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAUJO  
CPF: [REDACTED]  
Data/Hora da Assinatura: 8/26/2022 | 8:51:15 AM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Leandro Petsold dos Santos Araújo  
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

#### Testemunhas:

DocuSigned by:  
Agnaldo Feitosa da Silva Junior  
Signed By: AGNALDO FEITOSA DA SILVA JUNIOR  
CPF: [REDACTED]  
Signing Time: 8/26/2022 | 5:36:18 AM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Agnaldo Feitosa da Silva Junior  
CPF: [REDACTED]

DocuSigned by:  
Thaís de Melo Cunha  
Assinado por: THAIS DE MELO CUNHA  
CPF: [REDACTED]  
Data/Hora da Assinatura: 8/26/2022 | 5:46:55 AM PDT  
ICP-Brasil

Nome: Thaís de Melo Cunha  
CPF: [REDACTED]



**ANEXO 1 - CONDIÇÕES COMERCIAIS**

**1. Quantidade Diária Contratada, Período de Fornecimento e Início de Fornecimento**

<b>1.1 Quantidade Diária Contratual (QDC):</b>  Quantidade Diária Contratual Firme (QDCF)  01/01/2023 a 30/06/2027 – 100.000 m³/Dia  Quantidade Diária Contratual Put (QDCP)  01/09/2022 a 31/12/2022 – 50.000 m³/Dia 01/01/2023 a 31/12/2023 – 100.000 m³/Dia 01/01/2024 a 30/06/2027 – 50.000 m³/Dia	<b>1.2 Período de Fornecimento:</b>  Das 00h00 de 01 de setembro de 2022 às 24h00 de 30 de junho de 2027.
<b>1.3 Início de Fornecimento:</b> 01/09/2022.	

**2. Pontos de Entrega e Condições de Entrega**

<b>2.1 Pontos de Entrega</b>  Saída TECAB, Cabiúnas - RJ O Ponto de entrega estará situado no ponto físico imediatamente à jusante do sistema de medição do TECAB na entrada do Sistema de Transporte da TAG.			
<b>Ponto de Entrega</b>	<b>Município</b>	<b>Latitude</b>	<b>Longitude</b>
Scraper de lançamento dos gasodutos GASCAV (TAG)	Cabiúnas – RJ	-22,2831	-41,7245
<b>2.2 Condições de Entrega</b>			
<b>Vazão (milhões m³/dia)</b>		<b>Pressão (kgf/cm².man)</b>	
<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>	<b>Máxima</b>	<b>Mínima</b>
20	6	100	50

**3. Condições Comerciais**



3.1. Preços:

3.1.1 – Preço do Gás

$$PGF = (PMF + PT)$$
$$PGP = (PMP + PT)$$

Onde:

PGF – Preço do Gás Firme, expresso em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.  
PGP – Preço do Gás Put, expresso em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.  
PT – É a Parcela de Transporte calculada conforme indicado na Cláusula 6.3, expresso em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.  
PMF – Parcela de Molécula Firme, calculada conforme fórmula abaixo, expressa em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.  
PMP – Parcela de Molécula Put, calculada conforme fórmula abaixo, expressa em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.

3.1.2 – Parcela da Molécula

As Parcelas de Molécula (PM), expressas em R\$/m³, aplicáveis à QDCF e QDCP, serão apuradas mensalmente, conforme fórmula abaixo:

$$PM = \alpha \times Brent \times \frac{TC}{FC}$$

$\alpha$ (multiplicador do Brent)	PMF (relacionado à QDCF)	PMP (relacionado à QDCP)
01/09/2022 a 31/12/2022	-	11,20%
01/01/2023 a 31/12/2023	12,30%	10,90%
01/01/2024 a 30/06/2027	11,90%	10,90%

Onde:

PM – Parcela de Molécula calculada conforme fórmula acima, para cada Mês de referência, sendo PMF ou PMP, conforme aplicável às QDCF ou QDCP, expressa em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.  
Brent – É a média simples mensal dos preços de liquidação publicados diariamente pela ICE (Intercontinental Exchange), em dólares dos Estados Unidos, para os contratos futuros com entrega em 60 (sessenta) dias, no Mês (M-2), a ser utilizada para faturamento do Mês (M), expressa em US\$/MMBtu.  
TC – É a média mensal das taxas de câmbio de compra e venda PTAX, em R\$/US\$, publicadas diariamente pelo Banco Central do Brasil no Mês (M-2), a ser utilizada para faturamento do Período de Faturamento.  
FC – É o fator utilizado para converter MMBtu para m³, que é igual a 26,8081 m³/MMBtu (vinte e seis inteiros e oito mil e oitenta e um décimos de milésimos de metros cúbicos por milhão de Btu), resultado da divisão de 251.996 kcal (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e noventa e seis quilocalorias) por 9400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico) equivalente ao fator de conversão de MMBtu para m³ nas Condições de Referência.

3.2. Valor Total do Contrato: R\$ 308.000.000,00 (trezentos e oito milhões de reais), na Data Base.

3.3. Data Base: 30/07/2022.

3.4. Vencimento dos Documentos de Cobrança: 5 Dias Úteis após recebimento dos Documentos de Cobrança.

3.5. Faturamento dos Documentos de Cobrança: 5º Dia Útil do mês subsequente ao mês de fornecimento.

3.6. Pagamento: Depósito em Conta Corrente da Vendedora  
Banco: 745 (Citibank) Agência: 001 Conta: 86276468



**3.7. Garantia:**

Observada a Cláusula 9, a Compradora deverá entregar Garantia à Vendedora, em garantia ao pagamento e fiel cumprimento das obrigações previstas neste Contrato, nos seguintes termos:

- Modalidade: Fiança Bancária.
- Valor: \$ 12.000.000,00 (*doze milhões de dólares americanos*).
- Validade da Garantia: De 01/09/2022 até 31/07/2027.
- Prazo para envio do documento para aprovação da Vendedora: 07 dias antes da apresentação do documento final.
- Prazo para apresentação do documento final à Vendedora: Até 10 dias depois da assinatura do contrato.

A instituição financeira deve ser autorizada pelo Banco Central e ter patrimônio líquido mínimo de R\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais).



## **ANEXO 2 – CONDIÇÕES REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ITEM 3.2**

1.2 As Partes desde já acordam que, excepcional e exclusivamente durante o período de 01 de setembro de 2022 até 31 de dezembro de 2022, os itens do Contrato, abaixo indicados, serão substituídos pelas seguintes disposições, conforme detalhado a seguir:

1.2.1 O item 5.3.1 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

5.3.1 A apuração de Quantidades Não Retiradas (QNR) no Dia, para verificação do cumprimento da obrigação dos compromissos de Take or Pay Diário pela Compradora será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNR_{ToP} = (QDP_j) - (QN_{FF} + QN_{FM}) - (QDR_j)$$

Onde:

- i. “ $QNR_{ToP}$ ” significa a Quantidade Não Retirada de Gás no correspondente Dia, para fins de Take or Pay (ToP), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo;
- ii. “ $QDP_j$ ” significa a Quantidade Diária Programada vigente no Dia “j”;
- iii. “ $QN_{FF}$ ” significa a quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha no Fornecimento no respectivo Dia “j”;
- iv. “ $QN_{FM}$ ” significa a quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Dia “j”, que não tenha sido considerada na QDP;
- v. “ $QDR_j$ ” significa a Quantidade Diária Retirada referente no Dia “j” no Ponto de Entrega;
- vi. “j” significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

1.2.2 O item 6.3 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

6.3 A Parcela de Transporte (PT) praticada neste Contrato, representa a tarifa total referente à contratação de capacidade de transporte, desde a zona de entrada em Cabiúnas, Macaé-RJ, conforme portfólio da Vendedora, até a zona de saída dos Pontos de Entrega listados previsto no item 1.2.5 deste Anexo. A Parcela de Transporte (PT) será calculada conforme as seguintes fórmulas:

$$PT = \frac{(EST + EENA + EGUS + Econg)}{\sum_{j=1}^M QDR_j}$$

Onde:

- i. “PT” significa a Parcela de Transporte, calculada conforme fórmula acima, para cada Mês de referência, expressa em R\$/m<sup>3</sup> com Arredondamento na quarta casa decimal;
- ii. “EST” significa Encargo de Serviço de Transporte, calculado conforme item 6.3.1;
- iii. “EENA” significa Encargo de Excedente Não Autorizado, calculado conforme item 6.3.2;
- iv. “EGUS” significa Encargo de Gás para Uso no Sistema, calculado conforme item 6.3.3;



- v. "*ECONG*" significa Encargo de Congestionamento, calculado conforme item 6.3.4;
- vi. "*QDR<sub>j</sub>*" significa a Quantidade Diária Retirada (QDR) no Dia "*j*" no Ponto de Entrega;
- vii. "*M*" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- viii. "*j*" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.1 Encargo de Serviço de Transporte.** O Encargo de Serviço de Transporte (EST) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$EST = \sum_{j=1}^M (QST_j \times (T_E + T_S + 2 \times T_{Emp})), \text{ sendo:}$$

$$QST_j = (QDR_j - QENA_j)$$

Onde:

- i. "*EST*" significa o Encargo de Serviço de Transporte;
- ii. "*T<sub>E</sub>*" significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. "*T<sub>S</sub>*" significa o valor da Tarifa de Saída no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. "*T<sub>Emp</sub>*" significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- v. "*QST<sub>j</sub>*" significa Quantidade Serviço de Transporte no Dia "*j*" no Ponto de Entrega;
- vi. "*QDR<sub>j</sub>*" significa Quantidade Diária Retirada no Dia "*j*" no Ponto de Entrega;
- vii. "*QENA<sub>j</sub>*" significa Quantidade Excedente Não Autorizada no Dia "*j*" no Ponto de Entrega;
- viii. "*M*" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- ix. "*j*" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.2 Encargo de Excedente Não Autorizado.** O Encargo de Excedente Não Autorizado (EENA) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, que exceda a QDCP e não tenha sido efetivamente confirmado pela Vendedora como QDP, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$EENA = \sum_{j=1}^M (QENA_j \times 2 \times (T_E + T_S + 2 \times T_{Emp})), \text{ sendo:}$$

$$QENA_j = \text{Max} (0; QDR_j - QDP_j)$$

Onde:

- i. "*EENA*" significa o Encargo de Excedente Não Autorizado;



- ii. " $T_E$ " significa o valor da Tarifa de Entrada no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. " $T_{Emp}$ " significa o valor da Tarifa de Empacotamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. " $QENA_j$ " significa Quantidade Excedente Não Autorizada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- v. " $QDR_j$ " significa Quantidade Diária Retirada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vi. " $QDP_j$ " significa Quantidade Diária Programada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- vii. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- viii. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês.

**6.3.3 Encargo de Gás para Uso no Sistema.** O Encargo de Gás para Uso no Sistema (EGUS) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, exclusivamente, referente ao Gás para Uso no Sistema utilizado na operação da rede de transporte do Gás, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$Se T_{GUS} = 0,$$

$$EGUS = \sum_{j=1}^M (1,4\% \times QDR_j) \times PMP$$

$$Se T_{GUS} \neq 0,$$

$$EGUS = \sum_{j=1}^M (QDR_j \times T_{GUS})$$

Onde:

- i. " $EGUS$ " significa Encargo de Gás para Uso no Sistema;
- ii. " $T_{GUS}$ " significa o valor da Tarifa de Gás para Uso no Sistema de Transporte, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iii. " $QDR_j$ " significa Quantidade Diária Retirada no Dia " $j$ " no Ponto de Entrega;
- iv. " $M$ " significa o número de Dias do correspondente Mês;
- v. " $j$ " significa o  $j$ -ésimo Dia do correspondente Mês;
- vi. " $PMP$ " significa a Parcela da Molécula Put calculada conforme fórmula prevista no item 3.1.2 do Anexo 1 deste Contrato, para cada Mês de referência, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal.

**6.3.4 Encargo de Congestionamento.** O Encargo de Congestionamento (ECONG) em razão da contratação pela Vendedora do serviço de transporte do Gás disponibilizado à Compradora, exclusivamente, referente ao custo variável de aquisição e/ou venda relacionado à injeção do Gás pelo Transportador, para fins de solucionar o congestionamento no Sistema de Transporte, em determinado Mês, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$ECONG = \sum_{j=1}^M QDR_j \times T_{CONG}$$



Onde:

- i. "ECONG" significa Encargo de Congestionamento;
- ii. "QDR<sub>j</sub>" significa Quantidade Diária Retirada no Dia "j" no Ponto de Entrega;
- iii. "T<sub>CONG</sub>" significa o valor da Tarifa de Congestionamento, publicada mensalmente pelo Transportador;
- iv. "M" significa o número de Dias do correspondente Mês;
- v. "j" significa o j-ésimo Dia do correspondente Mês.

1.2.3 O item 7.3 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

**7.3 Faturamento Regular do Gás Put.** Pelo fornecimento de Gás em um dado Período de Faturamento, o valor do faturamento regular será determinado mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$FAT = \left( A \times (PMP + PT) + B \times (1,5 \times PMP + PT) + \left( \sum_{j=1}^N QDR_j - A - B \right) \times (2 \times PMP + PT) \right), \text{ sendo:}$$

$$A = \text{Min} (105\% \times QDP; QDR) \\ B = \text{Min} (15\% \times QDP; QDR - A)$$

Onde:

- i. "FAT" significa o valor do faturamento regular pelo fornecimento do Gás, a ser pago pela Compradora, na forma prevista neste Contrato e observado o item 7.1.1;
- ii. "PMP" significa a Parcela da Molécula Put referente ao Período de Faturamento, em R\$/m<sup>3</sup>, acrescido dos Tributos aplicáveis;
- iii. "PT" significa a Parcela de Transporte do Gás referente ao Período de Faturamento, em R\$/m<sup>3</sup>, acrescido dos Tributos aplicáveis, conforme item 6.3 deste Anexo;
- iv. "QDR" significa a Quantidade Diária Retirada no dia "j", em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- v. "N" significa o número de Dias do Período de Faturamento;
- vi. "j" significa o j-ésimo Dia do Período de Faturamento.

1.2.4 O item 10.4 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

**10.4** Para fins de apuração da Quantidade Diária Retirada (QDR), será aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{Se } P > P_{\text{Min}}; QDD = \text{Max} (QDR; QDP)$$

$$\text{Se } P < P_{\text{Min}}; QDD = QDR$$

Onde:



- i. “QDD” significa a Quantidade Diária Disponibilizada;
- ii. “QDR” significa a Quantidade Diária Retirada no dia “j”, em m³ na Condição de Referência;
- iii. “QDP” significa a Quantidade Diária Programada (QDP), em determinado Dia;
- iv. “P” significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do Ponto de Entrega;
- v. “ $P_{Min}$ ” significa a pressão manométrica mínima de operação em cada Ponto de Entrega.

1.2.5 O item 11.1 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

11.1 Os Pontos de Entrega serão os da zona CE1 (Aquiraz, Aracati, Caucaia, Fortaleza e Pacajus) do Sistema de Transporte, de acordo com as tabelas seguintes:

Pontos de Entrega	Zona	Gasoduto	Município	Latitude	Longitude
AQUIRAZ	CE1	GASFOR	AQUIRAZ	3°57'17.4" SUL	38°30'25.6" OESTE
FORTALEZA	CE1	GASFOR	MARACANAÚ	3°50'51.9" SUL	38°34'29.3" OESTE
PACAJUS	CE1	GASFOR	HORIZONTE	4°07'26.3" SUL	38°28'36.7" OESTE
CAUCAIA	CE1	GASFOR	CAUCAIA	3°43'57.2" SUL	38°45'06.3" OESTE
ARACATI	CE1	GASFOR	ARACATI	4°37'38.60"SUL	37°47'21.14"OESTE

Pontos de Entrega	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Limite de Fornecimento (kgf/cm²g)	Vazão Mínima (mil m³/dia)	Vazão Máxima (mil m³/dia)
AQUIRAZ	9,0	11,0	19,0	65	650
FORTALEZA	9,0	11,0	19,0	60	550
PACAJUS	10,0	13,0	19,0	75	225
CAUCAIA	12,0	16,0	19,0	4,0	45
ARACATI	12,0	16,0	19,0	3,5	40



1.2.6 O item 16.1.1 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

16.1.1 Caso, em determinado Dia, a Quantidade Diária Retirada (QDR) seja inferior a 95% (noventa e cinco por cento) ou superior a 105% (cento e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada Firme (QDP), a Compradora pagará, além do faturamento normal, um encargo calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$E_{Falha\_Prog\_Compradora} = Q_{Falha\_Prog\_Compradora} \times 30\% \times PGP, \text{ sendo:}$$

$$Q_{Falha\_Prog\_Compradora} = \text{Max} (95\% QDP - QDR; QDR - 105\% QDP)$$

Onde:

- i. " $E_{Falha\_Prog\_Compradora}$ " significa o valor do encargo diário por falha de programação junto ao Transportador;
- ii. " $QDP$ " significa o somatório das Quantidades Diárias Programadas (QDP) dos Pontos de Entrega, para determinado Dia, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iii. " $QDR$ " significa a Quantidade de Gás Retirada pela Compradora, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- iv. " $Q_{Falha\_Prog\_Compradora}$ " significa a Quantidade de Falha de Programação da Compradora, em m<sup>3</sup> na Condição de Referência;
- v. " $PGP$ " significa o Preço do Gás Put, vigente no Dia em que ocorreu a falha de programação pela Compradora, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal.

1.2.7 O item 16.2.1 do Contrato estará em vigor com a seguinte redação:

16.2.1 Penalidade por Falha no Fornecimento diária: no caso de Falha no Fornecimento diária, em determinado Dia, por Ponto de Entrega, a Vendedora pagará à Compradora uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

$$P_{FF(Dia)} = QN_{FF} \times 30\% \times PMP$$

Onde:

- i. " $P_{FF(Dia)}$ " significa o valor da penalidade diária por Falha no Fornecimento, caso positiva;
- ii. " $PMP$ " significa a Parcela da Molécula Put, vigente no Dia em que ocorreu a Falha de Fornecimento, expressa em R\$/m<sup>3</sup>, com Arredondamento na quarta casa decimal;
- iii. " $QN_{FF}$ " significa a Quantidade de Gás não disponibilizada pela Vendedora conforme fórmula abaixo, no Ponto de Entrega, em m<sup>3</sup>, na Condição de Referência:

$$QN_{FF} = (QDP - QDD - QN_{FM})$$



$QDP$	Significa a Quantidade Diária Programada (QDP), em determinado Dia;
$QDD$	Significa a Quantidade Diária Disponibilizada (QDP), em determinado Dia;
$QN_{FM}$	Significa a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior, para o Dia, que não tenha sido considerada na QDP.



### **ANEXO 3 – GLOSSÁRIO**

1. Para efeito deste Contrato, os termos a seguir, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, terão os significados definidos abaixo:

1.1. **“Afiliada”** significa, com relação a qualquer Parte, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta Parte; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal Parte; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia;

1.2. **“Ano”** significa cada período que:

- a. para o primeiro Ano, começará no Dia do Início de Fornecimento e terminará no último Dia do mês de dezembro do Ano em questão;
- b. para cada Ano sucessivo ao referenciado na alínea (a) supra, com exceção do último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente ano e terminará no último Dia do Mês de dezembro do mesmo ano;
- c. para o último Ano de vigência do Contrato, começará no primeiro Dia de janeiro do correspondente Ano e terminará no último Dia de vigência do Contrato.

1.3. **“ANP”** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro;

1.4. **“Arbitragem”** significa o procedimento de resolução de Disputas descrito na Cláusula 25ª;

1.5. **“Arredondamento, Arredondado ou Arredondar”** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- a. Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- b. Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

1.6. **“Autoridade Competente”** significa qualquer autoridade pública e/ou órgão governamental que tenha competência legal para interferir nas condições estabelecidas neste Contrato ou nas atividades das Partes;

1.7. **“BTU”** significa *British Thermal Unit* ou Unidade Térmica Britânica e refere-se à quantidade de calor necessário para elevar a temperatura de uma libra "avoirdupois" de pura água, de 58,5 (cinquenta e oito e meio) graus Fahrenheit para 59,5 (cinquenta e nove e meio) graus Fahrenheit, numa pressão absoluta de 14,73 (quatorze e setenta e três centésimos) libras por polegada quadrada);

1.8. **“Calibração”** significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração);



- 1.9. **“Caloria”** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura de 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Celsius) à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma Caloria equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma Quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) Calorias;
- 1.10. **“Capacidade Não Utilizada Firme (CNUF)”** significa a quantidade de Gás calculada conforme previsto no item 5.1.1;
- 1.11. **“Caso Fortuito ou Força Maior”** significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as condições e situações previstas na Cláusula 21 – Caso Fortuito ou Força Maior;
- 1.12. **“Condições Base”** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals);
- 1.13. **“Condições de Entrega”** significam as condições de disponibilização do Gás pela Vendedora à Compradora conforme Cláusula 12 – Condições de Entrega;
- 1.14. **“Condições de Referência”** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS), em base seca, para o Gás igual ao Poder Calorífico De Referência (PCR);
- 1.15. **“Condições Precedentes”** são as condições a serem eventualmente satisfeitas antes do Início de Fornecimento, conforme estabelecido na Cláusula 2ª;
- 1.16. **“Consumidor Livre”** significa o consumidor de gás que, nos termos da legislação aplicável tem o direito de adquirir o gás diretamente de qualquer agente produtor, importador ou comercializador;
- 1.17. **“Contrato”** significa este contrato de compra e venda de gás natural, seus eventuais anexos e aditivos acordados pelas Partes;
- 1.18. **“Dia”** significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas);
- 1.19. **“Dia Útil”** significa qualquer Dia no qual os bancos comerciais estão abertos na cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde um pagamento for devido nos termos deste Contrato;
- 1.20. **“Disputa”** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do Contrato que deverá ser submetida à Arbitragem;
- 1.21. **“Documento de Cobrança”** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do Contrato, pela outra Parte;
- 1.22. **“Documento de Crédito”** significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou Notificação emitida por uma Parte à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do Contrato, para a outra Parte;
- 1.23. **“Encargo de Capacidade (EC)”** significa a remuneração mínima mensal devida à Vendedora, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora, na forma do item 5.1. Tal remuneração será faturada na forma do item 7.3 e subitens;



1.24. **“Encargos Moratórios”** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.13;

1.25. **“Estação de Entrega”** significa o conjunto de instalações, incluindo minimamente o Sistema de Medição, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o Gás à Compradora, no Ponto de Entrega, pela Vendedora ou por terceiro por ela contratada, nas condições estabelecidas no Contrato, cuja responsabilidade de operação e manutenção é da Vendedora, ou terceiro por ela contratado. A depender das Condições de Entrega, a Estação de Entrega poderá ou não contemplar também outros sistemas e equipamentos, tais como filtros, aquecedores e válvulas reguladoras;

1.26. **“Evento de Inadimplemento”** significa qualquer dos eventos definidos no item 19.1;

1.27. **“Falha de Fornecimento”** ou **“Falha no Fornecimento”** significa a situação caracterizada pela ocorrência, no Ponto de Entrega, de qualquer das seguintes hipóteses:

- a) falta de disponibilidade de Gás no Ponto de Entrega, conforme o disposto no item 10.11, desde que a Pressão de Fornecimento tenha sido inferior à Pressão Mínima de Fornecimento em qualquer dos Pontos de Entrega;

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha no Fornecimento:

- (i) ser o fato atribuído a Caso Fortuito ou Força Maior;
- (ii) ter a Compradora sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iv) descumprimento pela Compradora das Condições de Entrega.
- (v) situações de Paradas Programadas.

1.28. **“Funcionário Público”** significa qualquer funcionário ou empregado de qualquer governo, ou de qualquer agência, ministério, departamento de um governo (em qualquer nível), pessoa atuando em qualquer função pública para um governo, independentemente de qual seja a sua graduação ou cargo, público ou empregado de alguma empresa total ou parcialmente controlada pelo governo (por exemplo, uma empresa de petróleo de economia mista ou de propriedade do governo), partido político e qualquer funcionário de partido político, candidato a um cargo político, executivo ou funcionário de alguma organização internacional pública, tais como as Nações Unidas ou Banco Mundial, ou membro familiar próximo (significando um cônjuge, filho dependente ou residente no mesmo lar) de qualquer um dos supracitados;

1.29. **“Garantia”** significa a garantia de cumprimento contratual a ser emitida e apresentada pela Compradora, desde que previamente aprovada pela Vendedora, de forma a garantir o bom e fiel cumprimento do presente Contrato, conforme estabelecido no Anexo 1 deste Contrato e nos termos da Cláusula 9 – Garantia;

1.30. **“Gás”** ou **“Gás Natural”** significa o gás natural objeto do Contrato, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas Condições Base; que tenha origem nacional ou importada que, após processamento, atenda à especificação do regulamento técnico que é parte integrante da resolução ANP nº 16 de 17/06/2008;

1.31. **“Gás para Uso no Sistema”** ou **“GUS”** significa a quantidade de gás necessária para a operação da rede de transporte, incluindo, sem se limitar, ao gás combustível, o gás não contado e as perdas operacionais, relacionados à efetiva movimentação de molécula da Vendedora para entrega à Compradora nos Pontos De Entrega indicados nesse Contrato;

1.32. **“IGP-M”** significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as Partes acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim;



- 1.33. **“Início do Fornecimento”** significa a data definida no Anexo 1, conforme Cláusula 3.1.1;
- 1.34. **“Legislação Aplicável”** ou **“Lei”** significa todas as disposições constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos, licenças, autorizações, resoluções, portarias, regulamentos e outras normas aplicáveis à operação tratada neste Contrato, inclusive no que se refere às Regras e Procedimentos de Comercialização e suas respectivas alterações posteriores ou quaisquer textos que venham a substituí-los;
- 1.35. **“Leis Anticorrupção”** significa (a) a Lei dos Estados Unidos de Práticas de Anticorrupção no Exterior de 1977; (b) a Lei do Reino Unido de Anticorrupção de 2010; e (c) todas as leis e regulamentos federais, distritais, estaduais ou municipais aplicáveis que proíbam a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou que de qualquer outra forma disponham a respeito de procedimentos relacionados a práticas criminosas, suborno, fornecimento de gratificações ilegais, pagamentos de facilitação ou outros benefícios para qualquer funcionário do governo ou qualquer outra pessoa, incluindo as Leis Penais Brasileiras e a Lei Federal nº 12.846/2013;
- 1.36. **“Mês”** significa, para o primeiro Mês, o período que começa no Dia do Início de Fornecimento e termina às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Para o último Mês, começará no primeiro Dia do Mês correspondente e terminará no último Dia de vigência do Contrato. Para os demais Meses, corresponde a cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês. Mensalmente será interpretado de modo análogo;
- 1.37. **“Metro Cúbico”** ou **“m<sup>3</sup>”** significa o volume de Gás que, nas Condições Base, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico;
- 1.38. **“Modalidade Flexível”** significa a modalidade de fornecimento de Gás na qual a Vendedora tem a opção de fornecer Gás e a Compradora a obrigação de retirar, até o limite da Quantidade Diária Contratual, observadas as regras referentes ao Take or Pay Diário;
- 1.39. **“Modalidade Firme”** significa a modalidade de fornecimento de Gás na qual, a Vendedora se obriga a fornecer Gás, até o limite da Quantidade Diária Contratual;
- 1.40. **“Mudança de Controle”** significa, em relação à Compradora, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, a mudança de titularidade, em um único evento ou em uma combinação de eventos, de mais de 50% (cinquenta por cento) das ações ordinárias em circulação, desconsiderando-se, para esse fim, as transferências de ações realizadas: (i) entre acionistas controladores, ou (ii) dos acionistas controladores para suas respectivas controladoras, controlada, ou sociedade sob controle comum. Também será considerado como Mudança de Controle se os eventos aqui dispostos ocorrerem na empresa atualmente controladora da Compradora;
- 1.41. **“Notificação”** significa qualquer comunicação entre as Partes feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 26 – Notificações, cujo recebimento possa ser provado, pela Parte emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se notificar e suas flexões verbais como o ato de enviar uma Notificação;
- 1.42. **“Origem de Suprimento Alternativa”** significa o suprimento de Gás a partir de uma localidade diferente da Origem de Suprimento Base, incluindo potencialmente outros estados, terminais de regaseificação de gás natural liquefeito, ou qualquer outro ativo para suprimento de Gás à Compradora, a exclusivo critério da Vendedora;
- 1.43. **“Parada(s) Programada(s)”** significam as situações transitórias descritas na Cláusula 15 – Paradas Programadas;



- 1.44. **“Parcela de Molécula (PM)”** significa a parcela referente à molécula contida no Preço do Gás (PG);
- 1.45. **“Parcela de Molécula Firme (PMF)”** significa a parcela referente à molécula da Modalidade Firme contida no Preço do Gás Firme (PGF);
- 1.46. **“Parcela de Molécula Put (PMP)”** significa a parcela referente à molécula da Modalidade Flexível contida no Preço do Gás Put (PGP);
- 1.47. **“Parcela de Transporte (PT)”** significa a parcela referente ao transporte contida no(s) Preço(s) do Gás (PG);
- 1.48. **“Parte(s)”** significa, no singular, a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso; no plural, a Vendedora e a Compradora, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste Contrato;
- 1.49. **“Parte Afetada”** significa a Parte que invocar a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior, nos termos da Cláusula 21 – Caso Fortuito ou Força Maior;
- 1.50. **“Período de Faturamento”** significam os períodos definidos no item 7.1;
- 1.51. **“Período de Fornecimento”** significa o período determinado no Anexo 1 deste Contrato, durante o qual a vendedora venderá o Gás para a Compradora, nos termos deste Contrato;
- 1.52. **“Poder Calorífico de Referência (PCR)”** significa o PCS de 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas Quilocalorias por Metro Cúbico);
- 1.53. **“Poder Calorífico Superior (PCS)”** significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com Arredondamento até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (Quilocaloria por Metro Cúbico). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules;
- 1.54. **“Ponto de Entrega”** significa localidade física onde o Gás é entregue à Compradora pela Vendedora ou por terceiro autorizado pela Vendedora, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- 1.55. **“Prazo de Vigência”** significa o prazo de vigência do presente Contrato, conforme disposto na Cláusula 3 deste Contrato;
- 1.56. **“Preço do Gás”** significa o preço do Gás, em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme Cláusula 6 – Preço do Gás e Anexo 1;
- 1.57. **“Preço do Gás Firme (PGF)”** significa o preço do Gás da Modalidade Firme, em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme Cláusula 6 – Preço do Gás e Anexo 1;
- 1.58. **“Preço do Gás Put (PGP)”** significa o preço do Gás da Modalidade Flexível, em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme Cláusula 6 – Preço do Gás e Anexo 1;
- 1.59. **“Pressão de Fornecimento”** significa a pressão manométrica medida imediatamente a jusante do Ponto de Entrega;



- 1.60. **“Pressão Limite de Fornecimento”** significa a pressão máxima de operação admissível, conforme definido na norma NBR 12712:2002 – Projeto de Sistemas de Transmissão e Distribuição de Gás Combustível ou similar, informada pela Compradora, no seu respectivo sistema de distribuição, interligado ao Ponto de Entrega em questão, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.61. **“Pressão Máxima de Fornecimento”** significa a pressão manométrica máxima de operação em cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.62. **“Pressão Mínima de Fornecimento”** significa a pressão manométrica mínima de operação em cada Ponto de Entrega, conforme definido nas Condições de Entrega;
- 1.63. **“Qualidade do Gás”** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e a propriedades físico-químicas do gás especificados pela resolução ANP nº 16 de 17/06/2008;
- 1.64. **“Quantidade Diária Contratual” ou “QDC”** significa a quantidade de Gás máxima objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste Contrato;
- 1.65. **“Quantidade Diária Contratual Firme” ou “QDCF”** significa a quantidade de Gás máxima da Modalidade Firme objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste Contrato;
- 1.66. **“Quantidade Diária Contratual Put” ou “QDCP”** significa a quantidade de Gás máxima da Modalidade Flexível objeto dos compromissos de fornecimento e recebimento estabelecidos neste Contrato;
- 1.67. **“Quantidade Diária Disponibilizada” ou “QDD”** significa a quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada, pela Vendedora, à disposição da Compradora, determinada por Ponto de Entrega;
- 1.68. **“Quantidade Diária Disponibilizada Firme” ou “QDDF”** significa a quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada, pela Vendedora, à disposição da Compradora, na Modalidade Firme, determinada por Ponto de Entrega;
- 1.69. **“Quantidade Diária Disponibilizada Put” ou “QDDP”** significa a quantidade de Gás que, no Dia, tenha sido efetivamente colocada, pela Vendedora, à disposição da Compradora, na Modalidade Flexível, determinada por Ponto de Entrega;
- 1.70. **“Quantidade Diária Programada” ou “QDP”** significa a quantidade de Gás total que a Vendedora tenha programado para, no Dia, disponibilizar à Compradora, nos Pontos de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominção;
- 1.71. **“Quantidade Diária Programada Firme” ou “QDPF”** significa a quantidade de Gás Firme que a Vendedora tenha programado para, no Dia, disponibilizar à Compradora, nos Pontos de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominção;
- 1.72. **“Quantidade Diária Programada Put” ou “QDPP”** significa a quantidade de Gás Put que a Vendedora tenha programado para, no Dia, disponibilizar à Compradora, nos Pontos de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominção;
- 1.73. **“Quantidade Diária Retirada” ou “QDR”** significa a quantidade de Gás alocada pelo Transportador à Vendedora e efetivamente retirada pela Compradora, para determinado Dia, sendo utilizada pelo Transportador como base para o faturamento dos custos de transporte;
- 1.74. **“Quantidade Diária Solicitada” ou “QDS”** significa a quantidade de Gás solicitada pela Compradora, para determinado Dia, estabelecida por Ponto de Entrega, conforme Cláusula 10 – Programação e Nominção;



- 1.75. **“Quantidade Faltante” ou “QF”** significa a quantidade de Gás calculada conforme item 10.12.
- 1.76. **“Quantidade Medida” ou “QM”** significa a quantidade de Gás entregue à Compradora, pela Vendedora, no Dia, em determinado Ponto de Entrega, conforme apurada pelo respectivo Sistema de Medição e procedimento de alocação do Sistema de Transporte, expressa em Metros Cúbicos nas Condições Base;
- 1.77. **“Quantidade Não Retirada Firme” ou “QNRF”** significa a quantidade de Gás calculada conforme item 5.2.1;
- 1.78. **“Quantidade Não Retirada Put” ou “QNRP”** significa a quantidade de Gás calculada conforme item 5.3.1;
- 1.79. **“Sentença Arbitral”** significa a decisão final do Tribunal Arbitral proferida em procedimento de Arbitragem;
- 1.80. **“Sistema de Medição”** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do Gás fornecido na Estação de Entrega;
- 1.81. **“Sistema de Transporte”** significa o conjunto de gasodutos e instalações utilizados para movimentação de gás natural e que estão sob responsabilidade de empresa autorizada a exercer a atividade de transporte de gás natural;
- 1.82. **“Take or Pay Mensal”** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da Compradora, na forma do item 5.2. O valor do Take or Pay Mensal será faturado na forma do item 7.4;
- 1.83. **“Take or Pay Diário”** significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da Compradora, na forma do item 5.3. O valor do Take or Pay Diário será faturado na forma do item 7.5;
- 1.84. **“Tribunal Arbitral”** significa o tribunal referido na Cláusula 25 – Solução de Controvérsias;
- 1.85. **“Tributos”** significam todos e quaisquer tributos, impostos (inclusive sobre renda, renda bruta, venda, uso, propriedade, valor agregado), taxas (incluindo documental, de licença e de registro), empréstimos compulsórios, contribuições, retenção, ou qualquer outro encargo de natureza pecuniária, juntamente com penalidade, multa e sobretaxa, instituído em Lei e/ou cobrado por qualquer Autoridade Competente;
- 1.86. **“Usuário Final”** significam os clientes da Compradora, consumidores do Gás adquirido da Vendedora através deste Contrato;
- 1.87. **“Valor de Indenização da Resolução (VIR)”** significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme item 20.1;
- 1.88. **“Vazão Máxima”** significa a vazão máxima de operação de cada Ponto de Entrega, conforme definido no Anexo 1;
- 1.89. **“Vazão Mínima”** significa a vazão mínima de operação de cada Ponto de Entrega, conforme definido no Anexo 1.



**ANEXO 4 – MODELO CARTA FIANÇA**

**MODELO CARTA FIANÇA**

**FAVORECIDO:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**AFIANÇADO:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**ABERTURA:**

**PRAZO:**

**VALOR LIMITE:**

1. Pela presente, o **[RAZÃO SOCIAL FIADOR]**, com sede na cidade de [XXXXXXXX], na Avenida/Rua [XXXXXXXX], inscrito no CNPJ./ME sob o nº [XXXXXXXX], por seus representantes abaixo assinados, declara-se **FIADOR** e principal pagador do **AFIANÇADO**, até o **VALOR LIMITE** acima indicado,
2. Esta **FIANÇA** vigorará pelo prazo de [XXXXXXXX] dias, a contar de sua formalização em [XXXXXXXX], vencendo-se em [XXXXXXXX].
3. Esta **FIANÇA** abrange, até o **VALOR LIMITE** acima indicado, obrigações que tenham vencimento final dentro do prazo de validade acima especificado.
4. O **FIADOR** obriga-se a liquidar as importâncias devidas, obedecido o **VALOR LIMITE** acima especificado, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento sob protocolo da respectiva requisição formalizada pelo **FAVORECIDO** através da CARTA DIRIGIDA AO **FIADOR**, na Avenida/Rua [XXXXXXXX], exceto se houver expressa ordem judicial, determinando a suspensão do pagamento da dívida.
5. Respeitado o valor e prazo de vencimento da presente carta de fiança, o **VALOR LIMITE** acima será reduzido toda vez que o **FIADOR** vier a honrar a presente fiança, no valor de cada pagamento efetuado. Neste caso, o **AFIANÇADO** se obriga a entregar ao **FIADOR** o termo de exoneração parcial relativo ao valor já efetivamente honrado.
6. Caso o **FIADOR** venha a efetuar o pagamento de qualquer das obrigações aqui afiançadas, restará automaticamente sub-rogado em todos os direitos, privilégios e ações que o **FAVORECIDO** tenha em face do **AFIANÇADO**, inclusive os relacionados às demais garantias existentes, obrigando-se o **FAVORECIDO**, em tal hipótese, a fornecer ao **FIADOR** todo e qualquer documento que formalize tais direitos, privilégios e ações.



7. Fica desde já certo, ajustado e convencionado que o **FAVORECIDO** deverá comunicar por escrito ao **FIADOR** sua intenção de receber os pagamentos inadimplidos pelo **AFIANÇADO** no prazo máximo de 10 (dez) dias contado da data de vencimento desta **FIANÇA**, sob pena de decadência dos direitos do **FAVORECIDO** relativos a esta **FIANÇA**, independentemente de notificação ou da devolução da via original desta carta ou de exoneração expressa do **FIADOR** pelo **FAVORECIDO**, ficando o **FIADOR** total, plena, suficiente e automaticamente desonerado e desobrigado de toda e qualquer responsabilidade decorrente desta **FIANÇA**, nada mais podendo lhe ser pleiteado em razão da presente. A desoneração ocorrerá também pela devolução ao **FIADOR** da via original deste instrumento.

8. O **FIADOR** renuncia ao benefício de ordem previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

9. O **FIADOR** declara, ainda, que esta Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários.

10. O foro Central da Comarca de São Paulo - SP, será o competente para processar e julgar as questões oriundas desta **FIANÇA**.

11. TODAS AS CORRESPONDÊNCIAS PARA O FIADOR DEVERÃO SER ENCAMINHADAS PARA A AVENIDA/RUA [XXXXXXXX].

12. A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CARTA DE FIANÇA PELO(S) FAVORECIDO(S) IMPLICARÁ NA AUTOMÁTICA ACEITAÇÃO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES.

A presente Carta de Fiança nº [XXXXXXXX] foi emitida em uma única via original, com uma cópia.

SÃO PAULO,

\_\_\_\_\_